STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório de Gestão

Supremo Tribunal Federal

2025



STF
GOVERNANÇA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF GOVERNANÇA

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

DE 29/09 A 31/12/2025



Ministro
EDSON FACHIN
Presidente
16/06/2015



Ministro
ALEXANDRE DE MORAES
Vice-Presidente
22/03/2017



Ministro
GILMAR MENDES
Decano
20/06/2002



Ministra
CÁRMEN LÚCIA
21/06/2006



Ministro
DIAS TOFFOLI
23/10/2009



Ministro
LUIZ FUX
03/03/2011



Ministro
NUNES MARQUES
05/11/2020



Ministro
ANDRÉ MENDONÇA
16/12/2021



Ministro
CRISTIANO ZANIN
03/08/2023



Ministro
FLÁVIO DINO
22/02/2024

Ministro aposentado em 2025



Ministro
LUÍS ROBERTO BARROSO
Aposentadoria: 18/10/2025

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF GOVERNANÇA

GESTÃO 2025

Gabinete da Presidência

Chefe de Gabinete
André Ribeiro Giamberardino

Juízes Auxiliares
Álvaro Ricardo de Souza Cruz
Débora Cardoso de Souza Vilela
Franciele Pereira do Nascimento
Stephanie Uille Gomes de Godoy

Assessores-Especiais da Presidência
Fernando Facury Scaff
Ivanir José Bortot
Vanessa Fogaça Prateano

Assessora-Chefe de Cerimonial
Célia Regina de Oliveira Gonçalves

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar
Alexandre Andreatta

Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais
Roberto Doring Pinho da Silva

Secretaria-Geral da Presidência

Secretário-Geral da Presidência
Roberto Dalledone Machado Filho

Chefe de Gabinete
José Arthur Castillo de Macedo

Assessor-Chefe Processual
Pedro Ferreira

Assessora-Chefe do Plenário
Carmen Lilian Oliveira de Souza

Assessora-Chefe de Análise de Recursos
Daniela Barbosa Vasconcelos

Assessora-Chefe de Apoio à Jurisdição
Pâmella Sada Dias Edokawa

Secretária de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
Christine Oliveira Peter da Silva

Secretário de Gestão de Precedentes
Lucas Bevilacqua Cabianca Vieira

Secretária de Comunicação Social
Giselly Siqueira

Secretário Judiciário
Adauto Cidreira Neto

Secretária de Relações com a Sociedade
Leila Correia Mascarenhas Barreto

Secretário de Gestão Estratégica
Vinicius Nascimento Porto

Secretaria do Tribunal

Diretora-Geral
Desdêmona Tenório de Brito Toledo Arruda

Chefe de Gabinete
Samuel Rodrigues de Miranda Neto

Assessor-Chefe Jurídico
Luciano Quadrado de Moraes

Assessora-Chefe de Apoio à Governança e Conformidade
Fernanda do Valle Azambuja

Secretário de Administração de Serviços e Gestão Predial
Alexandre Marcus de Assunção Sousa

Secretário de Orçamento, Finanças e Contratações
Márcio Kazuaki Fusissava

Secretária de Gestão de Pessoas
Adriana Souza Toledo

Secretária de Serviços Integrados de Saúde
Denise Gomes da Silva

Secretário de Tecnologia e Inovação
Júlio Cesar Gomides de Almeida

Secretário de Segurança
Marcelo Canizares Schettini Seabra

Auditoria Interna

Auditor-Chefe
Frederico Lobo de Oliveira

Ouvidoria

Juíza Ouvidora
Flávia da Costa Viana

Assessora-Chefe da Ouvidoria
Patrícia Pereira de Moura Martins

Assessora-Chefe da Ouvidoria da Mulher
Beatris Bravo Ramos

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Relatório de Gestão do Supremo Tribunal Federal referente ao exercício de 2025, que ora vem a público, reafirma o compromisso institucional com a transparência, a *accountability* e com o dever de prestar contas à sociedade brasileira sobre a condução administrativa, orçamentária e estratégica desta Corte. Este documento consolida, portanto, de forma estruturada, didática e acessível os principais resultados alcançados no período, os desafios enfrentados e as ações empreendidas para assegurar o adequado funcionamento do Tribunal, em consonância com o planejamento institucional e com as prioridades definidas.

No âmbito da sustentabilidade e da dimensão social da gestão, consolidou-se a implementação do Programa STF +Sustentável, organizado em eixos que articulam redução de impactos, promoção de boas práticas e humanização do ambiente institucional. As iniciativas desenvolvidas reforçaram a governança orientada por metas e indicadores, ampliaram instrumentos de monitoramento e transparência e promoveram ações voltadas à sustentabilidade ambiental, à acessibilidade, à inclusão e ao bem-estar, em alinhamento com valores institucionais e com a Agenda 2030.

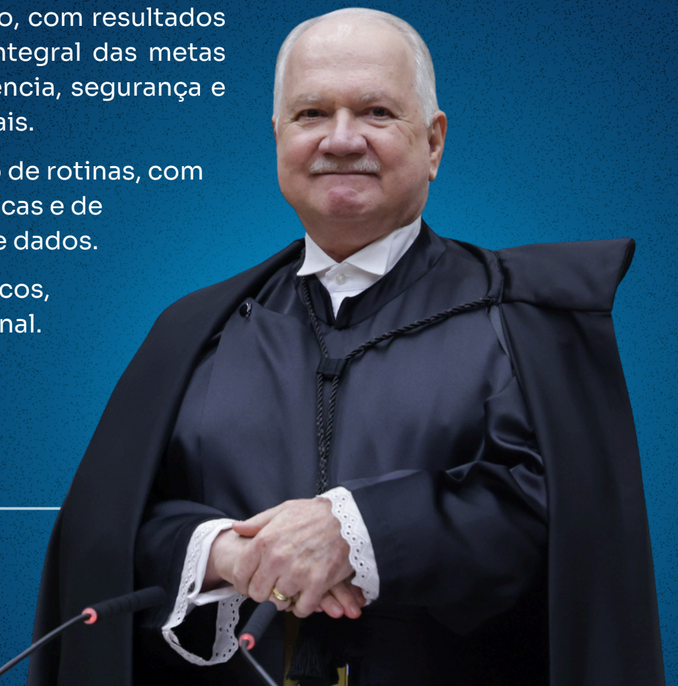
Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão são fruto do trabalho conjunto de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, estagiárias e estagiários que asseguram, com zelo, dedicação e responsabilidade, a qualidade e a continuidade da prestação jurisdicional levada a efeito no Supremo Tribunal Federal. A todas e todos, consignamos reconhecimento pelo profissionalismo, dedicação e sentido público que marcaram o exercício.

Reafirmamos, ainda, a responsabilidade da Presidência pela integridade deste Relatório de Gestão, assegurando sua fidedignidade, precisão e completude, nos termos das orientações aplicáveis à prestação de contas. Que este documento contribua para o controle democrático, para o aprimoramento contínuo da gestão pública e para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições.

O ano de 2025 foi marcado por esforços consistentes de aprimoramento da prestação jurisdicional e de modernização da gestão, com resultados expressivos em indicadores finalísticos e de apoio. Conforme sintetizado na seção “STF em números”, houve cumprimento integral das metas estratégicas e avanços relevantes na redução de estoques processuais e no fortalecimento de instrumentos que ampliam eficiência, segurança e previsibilidade institucional, sem perder de vista a qualidade da deliberação colegiada e a centralidade das garantias constitucionais.

No campo da transformação digital, consolidaram-se iniciativas estruturantes voltadas à integração de sistemas e à racionalização de rotinas, com destaque para o avanço de soluções digitais de apoio às unidades e para a ampliação do uso responsável de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial, orientadas à eficiência e à padronização, com atenção permanente à segurança, à governança e à proteção de dados.

A gestão orçamentária e financeira manteve-se pautada por rigor técnico, planejamento e eficiência na alocação de recursos públicos, assegurando elevada execução orçamentária e a continuidade de investimentos e serviços essenciais ao funcionamento institucional. Os resultados econômico-financeiros registrados no exercício evidenciam disciplina de gestão e adequação às boas práticas de governança, com capacidade de sustentar projetos estratégicos e aprimoramentos operacionais, preservando a responsabilidade fiscal e a transparência.



Ministro Edson Fachin
Presidente do
Supremo Tribunal Federal

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF EM NÚMEROS

STF GOVERNANÇA

Pessoas

11 Ministros*

38 Juízes designados

1.172 Servidores

*Em 31/12/2025 havia uma vaga de ministro não ocupada em razão da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Prestação Jurisdicional

118.072
Decisões



86.399
Processos baixados

281
Sessões de julgamento

52
Temas de repercussão geral com mérito julgado

Recursos e despesas

R$ 1.033 Dotação primária

99,9% Execução das despesas primárias

R$ 74,5 Superávit patrimonial

Valores em milhões de reais

100% Metas estratégicas alcançadas

20 metas em 6 objetivos estratégicos

Priorizar o perfil de Corte constitucional

49%
Redução do estoque de temas de repercussão geral

52%
Redução do estoque de processos de controle concentrado

Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional

100%
Consolidação do STF-Digital como ambiente único para o trabalho nos Gabinetes

100%
Expansão da IA VitórIA para reclamações

Aprimorar a comunicação com a sociedade

100%
Implementação da Ouvidoria | Divulgação das decisões mais relevantes no Informação à Sociedade | Divulgação dos resumos das decisões mais relevantese em inglês e espanhol | Lançamento do APP TV Justiça+

68
Escolas alcançadas no programa STF na Escola

9
Exposições no Museu do STF

Aprimorar a governança e a gestão organizacional com foco na sustentabilidade, acessibilidade, integridade digital e combate à desinformação

100%
Entregas do programa STF +Sustentável | Consumo de água mineral em garrafa plástica zerado

85%
Índice de acessibilidade

119
Parceiros do Programa de Combate à Desinformação

51%
Servidores treinados em segurança da informação

Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF

100%
Execução das ações do Programa de Saúde Mental | Implementação do novo modelo de gestão de desempenho (Potencialize)

24 meses
Permanência no berçário ampliada

97%
Satisfação com as demandas de capacitação

Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF

100%
Entregas realizadas no Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF

SUMÁRIO

1 Visão Geral Organizacional do STF

1.1 Quem somos 8

1.2 Principais atribuições 9

1.3 Estrutura organizacional 10

1.4 Cadeia de valor 13

1.5 Modelo de negócios 14

1.6 Mapa estratégico 15

1.7 Riscos, oportunidades e perspectivas 16

1.8 Materialidade 17

2 Governança, Estratégia e Desempenho

2.1 Modelo de governança organizacional 19

2.2 Gestão de riscos 20

2.3 Estratégia 24

2.4 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos 25

2.5 Ações para aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade 35

2.6 Transparência e relacionamento com o cidadão 42

3 Resultados da Gestão

3.1 Prestação jurisdicional em números 46

3.2 Julgamentos de especial relevância em 2025 50

3.3 Dados dos processos do 8 de janeiro 51

3.4 Gestão orçamentária e financeira 52

3.5 Gestão de pessoas, da saúde e bem-estar 56

3.6 Gestão de licitações e contratos 60

3.7 Gestão patrimonial e infraestrutura 64

3.8 Gestão de Tecnologia da Informação 66

3.9 Programa STF +Sustentável 68

1. Visão Geral Organizacional do STF

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição, conforme definido no art. 102 da Constituição da República.

É composto por onze Ministros, todos brasileiros natos (art. 12, § 3º, inc. IV, da CF/1988), escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101 da CF/1988), e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal (art. 101, parágrafo único, da CF/1988).

Entre suas principais atribuições está a de julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da própria Constituição e a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

Na área penal, destaca-se a competência para julgar, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República, entre outras autoridades (art. 102, inc. I, a e b, da CF/1988).

Em grau de recurso, sobressaem-se as atribuições de julgar, em recurso ordinário, o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão, e, em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição e houver o reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional (art. 102, § 3º, da CF/1988).

A partir da Emenda Constitucional 45/2004, foi introduzida a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal aprovar, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 103-A da CF/1988).

O Presidente do Supremo Tribunal Federal é também o Presidente do Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, inc. I, da CF/1988). O Plenário, as Turmas e o Presidente são os órgãos do Tribunal (art. 3º do Regimento Interno). O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pelo Plenário do Tribunal, dentre os Ministros, e têm mandato de dois anos. Cada uma das duas Turmas é constituída por cinco Ministros e presidida pelo mais antigo dentre seus membros, por um período de um ano, vedada a recondução, até que todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade (art. 4º, § 1º, do Regimento interno).

Neste capítulo será apresentada uma visão geral do Supremo Tribunal Federal, abrangendo sua missão, visão e valores, principais atribuições e estrutura organizacional. Também serão detalhados o modelo de negócios, os principais fatores do ambiente externo que influenciam a atuação do Tribunal e os critérios de materialidade adotados na construção deste relatório.

1.1 Quem somos

O STF é o órgão máximo do Poder Judiciário e o guardião da Constituição federal, pois cabe a ele zelar pelo seu cumprimento.



Missão

Garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.

Visão

Até 2025, alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.

Valores

Participação	Transparência
Integridade	Valorização das pessoas
Sustentabilidade	Foco no cidadão
Responsabilidade	Inovação

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

1.2 Principais atribuições

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

Proteção da Constituição – Controle de Constitucionalidade

- **Verificar a validade das leis:** Decidir se leis ou atos do governo, federais e estaduais, respeitam ou violam a Constituição.
- **Suprir omissões legislativas:** Agir quando a falta de uma lei impede o exercício de direitos previstos na Constituição (Mandado de Injunção).
- **Uniformizar interpretações:** Definir qual é o entendimento correto sobre temas constitucionais para que seja seguido por outros órgãos (Súmulas Vinculantes e Repercussão Geral).

Solução de Conflitos da Federação e Internacionais

- **Resolver disputas federativas:** Julgar conflitos entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- **Julgar litígios internacionais:** Decidir disputas entre o Brasil (ou seus Estados) e países estrangeiros ou organismos internacionais.
- **Decidir sobre extradições:** Analisar e julgar pedidos de outros países para a entrega de estrangeiros acusados de crimes.



Julgamento Penal Originário (Foro Privilegiado)

- **Julgar altas autoridades:** Processar e julgar crimes comuns cometidos pelo Presidente da República, Vice-Presidente, Ministros de Estado, Parlamentares Federais, o Procurador-Geral da República e outras autoridades.

Garantia de Direitos e Liberdades (Recursal e Originária)

- Proteger a liberdade de locomoção: Julgar *Habeas Corpus* quando a coação parte de Tribunais Superiores ou altas autoridades.
- **Dar a palavra final em processos:** Julgar recursos de processos vindos de tribunais inferiores quando a decisão questionada contraria a Constituição (Recurso Extraordinário).
- **Garantir a autoridade das decisões:** Julgar reclamações quando uma decisão anterior do próprio STF não é respeitada por outros juízes ou pela administração pública.

1.3 Estrutura organizacional

Para assegurar a prestação jurisdicional no âmbito das atribuições estabelecidas na Constituição Federal, o STF dispõe de Regimento Interno que disciplina sua composição e órgãos, competências, o funcionamento do Tribunal e a tramitação dos processos e julgamentos. A estrutura da Secretaria do Tribunal, da Secretaria-Geral da Presidência e do Gabinete da Presidência é descrita no Regulamento da Secretaria, enquanto o detalhamento do funcionamento das unidades administrativas é previsto no Manual de Organização.



Constituição Federal de 1988

- Composição do Tribunal;
- Guarda da Constituição;
- Competências do STF;
- Edição de súmulas vinculantes.

Constituição Federal de 1988



Regimento Interno

- Composição do Tribunal;
- Competências dos órgãos do STF;
- Regulação do processo e do julgamento;
- Disciplina dos serviços.

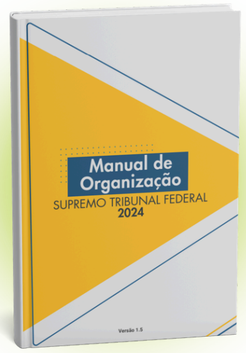
Regimento Interno



Regulamento da Secretaria

- Estrutura orgânica;
- Competências das unidades e titulares;
- Regulação do funcionamento do Tribunal.

Regulamento da Secretaria



Manual de Organização

- Estrutura e funcionamento das unidades;
- Organização das atividades internas;
- Informações sobre serviços e processos de trabalho.

Manual de Organização

1.3.1 Órgãos



Plenário:

Composto pelos 11 ministros do STF, é responsável pelas decisões colegiadas em casos de maior relevância constitucional, como ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), mandados de injunção e arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Também julga, nos crimes comuns, o presidente e o vice-presidente da República, os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os ministros do STF e o procurador-geral da República.

Turmas:

São dois grupos de 5 ministros que julgam casos de menor complexidade ou definidos pelo Regimento Interno do STF, como *habeas corpus*, recursos ordinários e ações penais contra autoridades com foro privilegiado, como deputados federais, senadores, ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas, membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, além de chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Presidente

O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos para mandato de dois anos. O Presidente também preside o Conselho Nacional de Justiça.

Saiba mais: STF com você

Entenda:

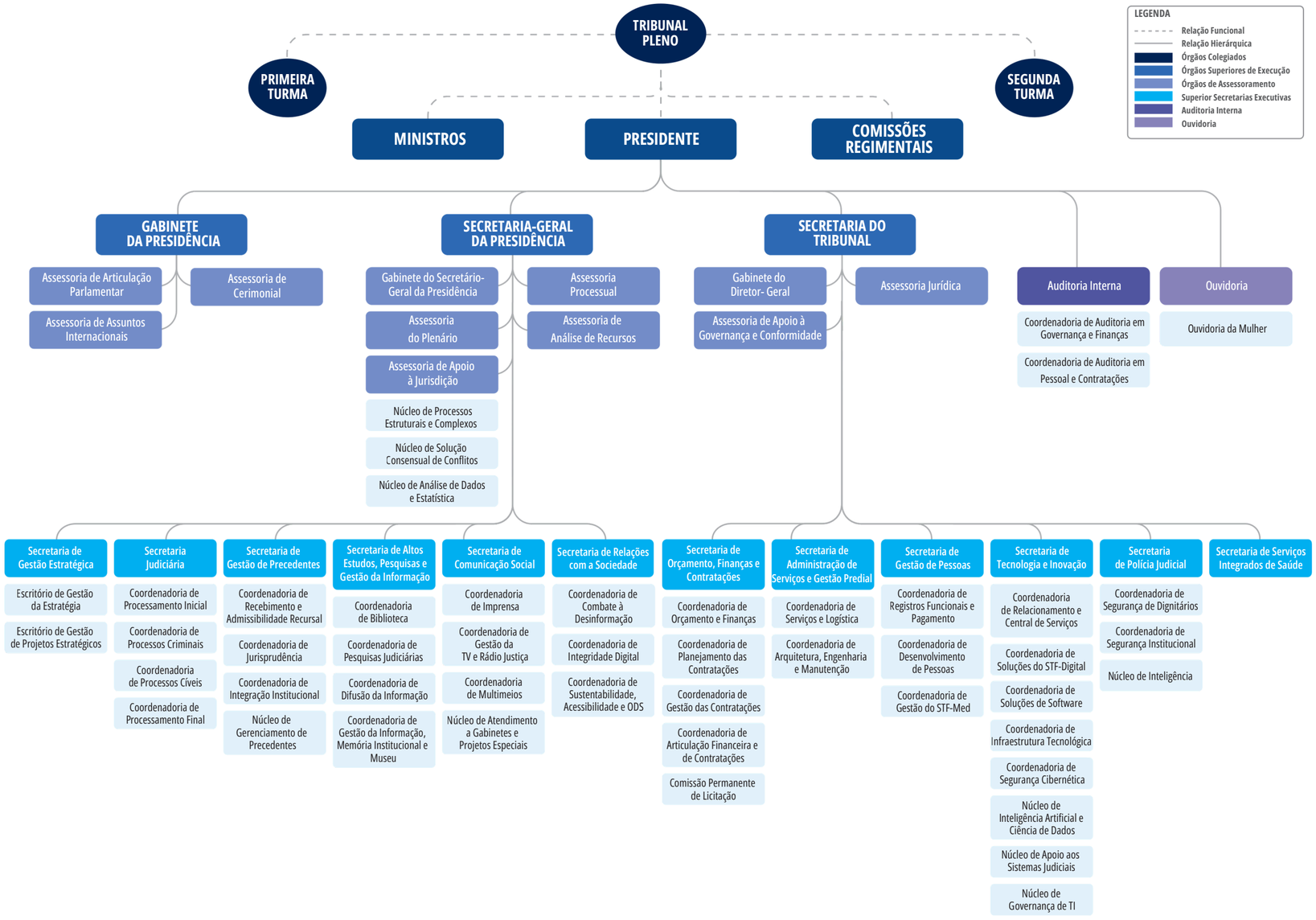
Os ministros podem decidir individualmente em situações previstas no Regimento Interno, como liminares em Mandados de Segurança ou *Habeas Corpus*, e em casos com jurisprudência consolidada.

As decisões das Turmas e as monocráticas podem ser submetidas ao Plenário em casos de maior relevância ou controvérsia constitucional.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

1.3.2 Organograma

O organograma do STF detalha a estrutura organizacional até o segundo nível hierárquico, promovendo maior flexibilidade e eficiência nas operações administrativas.



Organograma

1.4 Cadeia de Valor

A cadeia de valor do STF traz uma representação visual do conjunto de atividades desempenhadas pela instituição no intuito de agregar valor aos produtos e aos serviços prestados, possibilita uma visão global dos processos finalísticos e de apoio do STF com as respectivas correlações e dependências.



Cadeia de Valor

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

1.5 Modelo de negócios

O modelo de negócios do STF apresenta como a instituição gera valor à sociedade e destaca três elementos principais: forças e recursos, que envolvem pessoas, tecnologia e orçamento; processos de trabalho, conduzidos de forma alinhada à estratégia e aos valores institucionais; e os resultados alcançados, que estão diretamente ligados ao valor público entregue à sociedade.

NOSSA FORÇA E RECURSOS

Pessoas

Força de Trabalho	Estagiários	Terceirizados
1.172	273	1.164

Gestão de TI

STF-Digital	Inteligência Artificial	Segurança Cibernética
Ferramenta integrada para gestão e tramitação processual no Tribunal	Automação e apoio à análise para ganho de celeridade na prestação jurisdicional	Proteção dos sistemas e reforço da continuidade operacional

Relacionamento com a sociedade

Atendimentos da Ouvidoria	Portal do STF	Redes sociais
50.235 Canal oficial de diálogo com a sociedade	Processos, sessões de julgamento, jurisprudência, transparência e prestação de contas etc.	**3.829.976** Engajamento total

Gestão orçamentária e financeira

Dotação primária	Execução das despesas primárias	Resultado patrimonial (superávit)
R$ 1.033	99,9%	R$ 74,5

Valores em milhões de reais

APLICADOS AOS PROCESSOS

Macroprocessos de governança
Liderança
Estratégia
Controle

Macroprocessos finalísticos
Recebimento e distribuição
Instrução, análise e relatoria
Preparação do julgamento
Julgamento
Pós-julgamento
Arquivamento

Processos de apoio
Administrativo
Judicial
Institucional
Transversais

GERAM RESULTADOS

Decisões 118.072
23.138 Colegiadas
94.934 Monocráticas

Sessões de julgamento 281

Processos baixados 86.399
99,63% dos processos recebidos (86.718)

Acervo 21.062
Processos em tramitação em 31.12.2025

Repercussão Geral 78 novos temas
54 RG reconhecida
52 Mérito julgado

Audiências 381
5 Audiências públicas
376 Cíveis ou criminais
6 Acordos cíveis homologados

8 de janeiro
1.734 ações penais
810 condenações
564 acordos de não persecução penal homologados
444 processos pendentes
4 ações penais analisadas no núcleo central

E VALOR PARA A SOCIEDADE

- Garantia da supremacia da Constituição Federal
- Segurança jurídica
- Proteção dos direitos fundamentais
- Integridade do Estado Democrático de Direito

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

1.6 Mapa estratégico

MISSÃO

Garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.

VISÃO

Até 2025, alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.

NORTE DA GESTÃO
Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

ENTREGAS À SOCIEDADE	**Prestação jurisdicional**	Priorizar o perfil de Corte Constitucional Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional
PROCESSOS INTERNOS	**Comunicação interna e externa**	Aprimorar a comunicação com a sociedade
	Governança e gestão organizacional	Aprimorar a governança e a gestão organizacional com foco na sustentabilidade, acessibilidade, integridade digital e combate à desinformação
PESSOAS E RECURSOS	**Pessoas**	Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF
	Segurança institucional	Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF

VALORES Participação · Transparência · Integridade · Valorização das pessoas · Sustentabilidade · Foco no cidadão · Responsabilidade · Inovação

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

1.7 Riscos, oportunidades e perspectivas

A análise foi construída a partir de matriz SWOT e conectada aos objetivos estratégicos, considerando impactos na capacidade de gerar valor público. Para conferir perspectiva de futuro ao Relatório de Gestão, foram elaborados três cenários prospectivos: cenário de referência, cenário otimista e cenário adverso, que descrevem variações plausíveis do contexto externo e das condições internas de execução. O cenário de referência retrata a continuidade das tendências observadas, o otimista considera a convergência de fatores favoráveis que ampliam a capacidade de entrega e o adverso contempla restrições e pressões que podem demandar repriorização. Esses cenários orientam a identificação de sinais de alerta, riscos e oportunidades, bem como a definição de respostas previstas para preservar e ampliar a capacidade institucional de gerar valor público.

Cenário de referência

Sinais de alerta: demanda elevada estável, avanço digital gradual
Riscos: pressão sobre acervo/fluxos, incidentes cibernéticos pontuais
Oportunidades: automação assistida, cooperação e integração institucional
Implicação estratégica: ganhos incrementais em eficiência, necessidade de estabilizar capacidades.
Respostas previstas: priorização do portfólio, padronização e automação de fluxos críticos.

Cenário Otimista

Sinais de alerta: estabilidade de equipes-chave, parcerias ampliadas
Riscos: aceleração tecnológica sem governança, dependências críticas de sistemas
Oportunidades: escala de IA e analytics, comunicação mais efetiva com a sociedade
Implicação estratégica: acelera a entrega digital e a efetividade, amplia confiança social.
Respostas previstas: escalar iniciativas com governança (dados/IA/segurança), fortalecer comunicação e serviços.

Cenário Adverso

Sinais de alerta: restrição orçamentária, dificuldade de retenção de servidores, aumento de litigiosidade
Riscos: capacidade reduzida, descontinuidade de programas, ciberameaças mais frequentes
Oportunidades: automação para mitigar capacidade, simplificação ou redesenho de processos
Implicação estratégica: repriorização mais dura, risco de impacto em celeridade e percepção pública.
Respostas previstas: repriorizar por criticidade; acelerar automação, reforçar continuidade e segurança.

Indicadores de atenção para monitoramento: orçamento | demanda processual | força de trabalho: retenção e vacâncias | incidentes de cibersegurança | ambiente informacional

1.8 Materialidade

Para identificar os temas materiais do Relatório de Gestão, foi adotado um processo estruturado e contínuo de coleta e consolidação de informações ao longo do exercício. Além da análise da matriz SWOT, foram considerados insumos oriundos do acompanhamento sistemático das prioridades estratégicas, do monitoramento de iniciativas e resultados, das deliberações e comunicações institucionais, bem como de manifestações e agendas da Alta Administração em contextos internos e externos. Foram observados registros de ações e entregas divulgadas ao público, na medida em que evidenciam iniciativas com potencial de gerar valor para a sociedade e de influenciar a percepção institucional. Esses diferentes insumos permitiram formar uma visão integrada do que foi mais relevante no período, evitando que a seleção de temas se baseasse apenas em eventos pontuais ou em uma única fonte.

A partir dessa consolidação, os temas foram organizados em macrotemas e avaliados segundo cinco critérios: alinhamento estratégico, impacto no valor público, relevância para partes interessadas, risco/oportunidade e urgência, e governança, integridade, transparência e prestação de contas. Cada macrotema recebeu pontuação de 1 a 5 em cada critério e foi calculada nota ponderada para fins de priorização. Essa avaliação foi conduzida de modo a reforçar a conexão entre estratégia, resultados e alocação de recursos, orientando a comunicação do desempenho institucional sob a ótica de valor público. Por fim, os resultados foram submetidos à validação pelo Comitê de Governança Organizacional, com registro das justificativas e definição de revisão anual da materialidade, admitindo-se reavaliação extraordinária diante de mudanças relevantes no contexto, nas prioridades ou nos riscos institucionais.

Etapa 1

Identificação

Consolidação dos insumos do exercício (SWOT, planejamento, resultados e deliberações) e estruturação da lista de macrotemas.

Etapa 2

Avaliação

Atribuição de notas (1–5) aos macrotemas conforme os critérios definidos e cálculo da pontuação ponderada.

Etapa 3

Priorização e validação

Ordenação dos macrotemas pela pontuação, classificação nas categorias de reporte e validação do resultado pelo CGO.

Etapa 4

Revisão e aprimoramento

Definição de revisão anual e reavaliação extraordinária diante de mudanças relevantes no contexto, riscos ou prioridades.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2. Governança, Estratégia e Desempenho

A governança é um tema essencial para todas as organizações e não poderia ser diferente no setor público. A implantação da governança organizacional visa elevar a qualidade da gestão com transparência, responsabilidade, prestação de contas e utilização racional dos recursos disponíveis, em consonância com a missão, visão e valores do Tribunal.

O STF incentiva a disseminação do conhecimento sobre o assunto e aplica na prática em todos os níveis de atuação, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento institucional e para a e eficiência das tomadas de decisão.

A responsabilidade pelo tema é distribuída por diversos atores e a maneira como eles se organizam, interagem e procedem é prevista no Sistema de Governança do STF (SIGOV), que também prevê as instâncias de governança, os processos de trabalho, os instrumentos ou práticas, o fluxo de informações e o comportamento dos atores envolvidos direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Em complemento, a Política de Governança do STF estabelece as competências das instâncias superiores de governança e das principais unidades de apoio ao tema. Além disso, prevê a criação de novas instâncias temáticas de apoio à governança especializadas em questões transversais e estratégicas, a fim de garantir a consolidação das rotinas e do fluxo decisório no SIGOV, bem como o funcionamento e as rotinas do Sistema e a tipificação das decisões a serem tomadas pelas instâncias.

As instâncias temáticas de apoio à governança atuam na implementação e coordenação de políticas, programas, planos, projetos e demais práticas de incentivo instituídas, com vistas a promover o debate e direcionar a atuação dos administradores em áreas transversais e tidas como estratégicas pela alta administração do STF. Em complemento, para alguns temas, existem colegiados responsáveis por assessorar e prover as instâncias superiores de governança de subsídios para realizações de suas competências, promover a comunicação entre partes interessadas e o Tribunal, bem como avaliar os processos de governança e de gestão de riscos e os controles internos.

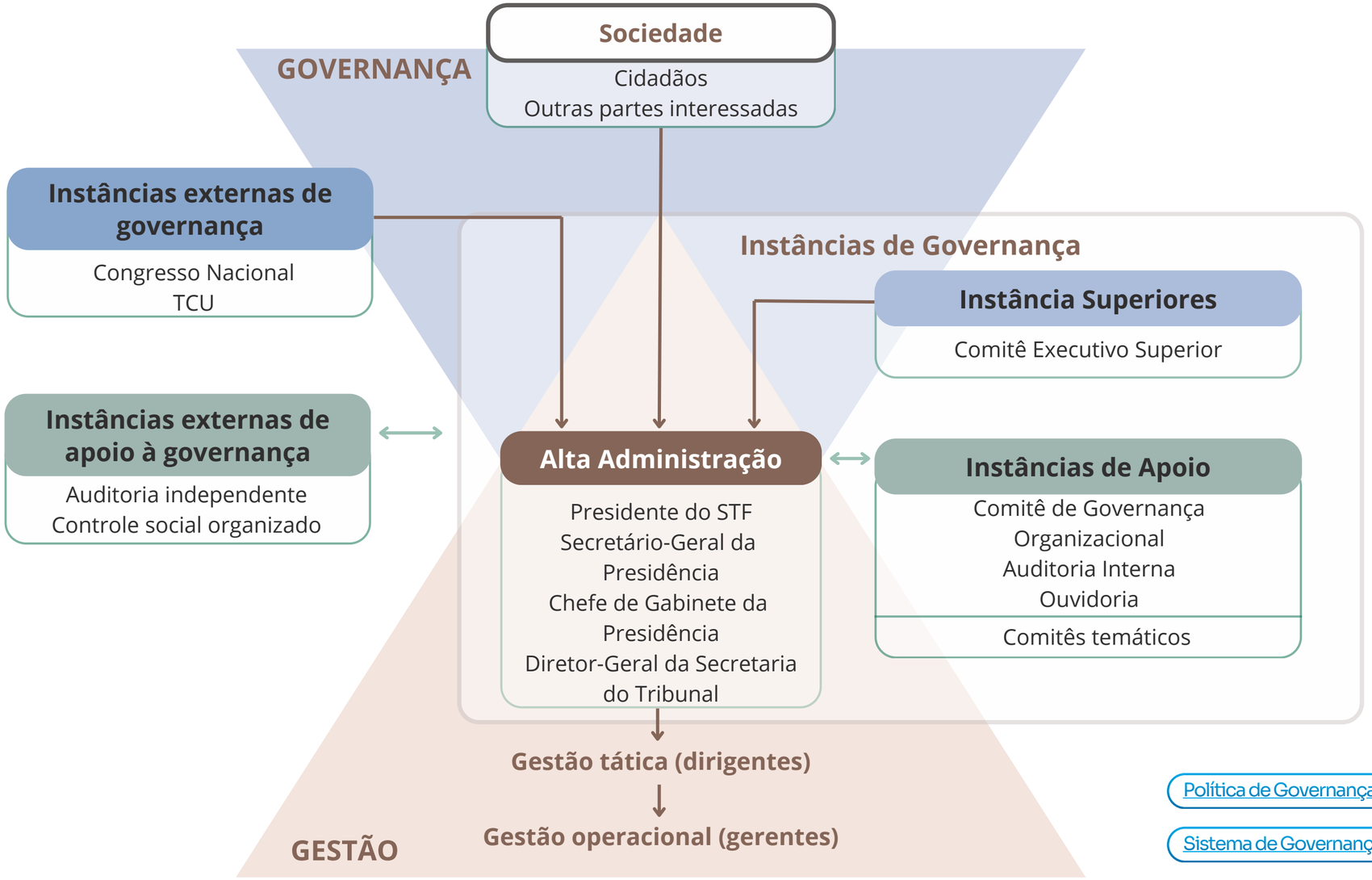
Em consonância com a governança, a estratégia do STF representa as escolhas e prioridades estabelecidas pela liderança do Tribunal, tendo como referência a missão, a visão, os valores, os temas estratégicos e o norte das gestões do STF. Essas escolhas e prioridades pressupõem o alinhamento entre as unidades envolvidas e abrangem objetivos, indicadores, metas, programas e projetos estratégicos, que agregam valor e promovem transformação na atuação do Tribunal quanto à sua finalidade, de modo que a prestação jurisdicional alcance resultados efetivos perante a sociedade.

Neste capítulo, são apresentadas informações sobre a governança e a gestão de riscos no STF, o modelo de gestão da estratégia, os principais resultados alcançados em 2025 em relação aos objetivos e metas estratégicos estabelecidos e seus impactos sociais. Também são destacadas iniciativas alinhadas ao norte da gestão 2023-2025 “Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade”, com foco no fortalecimento da comunicação institucional e na aproximação do Tribunal com a sociedade.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.1 Modelo de governança organizacional

O Modelo de Governança do STF se baseia no Sistema de Governança (SIGOV), implementado pela Resolução nº 755/2021, que consolida a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e controle, com a implementação de instâncias de governança, políticas, programas e planos que permitem aos dirigentes do Tribunal e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de resultados e serviços aos cidadãos de forma eficiente e efetiva.

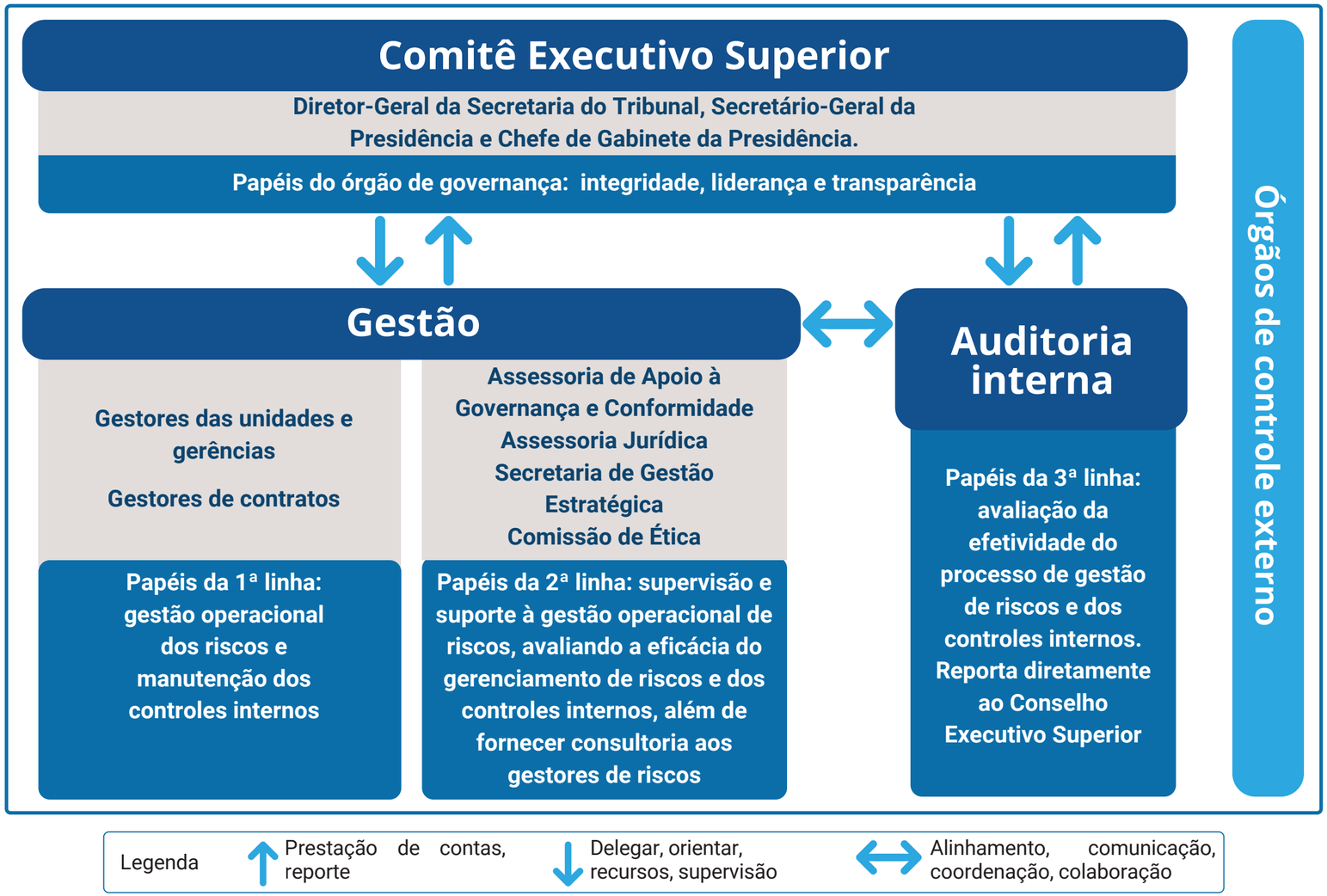


Política de Governança

Sistema de Governança

2.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos no Tribunal foi estruturada por meio da publicação da política de gestão de riscos, constante da Resolução nº 781/2022. A gestão de riscos é realizada de maneira integrada por todos os níveis e todas as unidades da estrutura do Tribunal, seguindo o modelo das três linhas do The IIA, que atribui funções específicas a cada linha. Os responsáveis e papéis de cada linha estão ilustrados a seguir:



Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.2.1 Principais riscos

Principais riscos	Impacto na geração de valor	Ações de mitigação
Pressão de demanda e complexidade processual	Reduz celeridade e previsibilidade, aumenta risco de gargalos e de queda de efetividade da prestação jurisdicional.	Monitoramento de ondas de litigiosidade, aprimoramento da admissibilidade e gestão de precedentes, com ampliação de soluções digitais e de inteligência artificial, bem como consolidação do STF-Digital para gestão do fluxo e do acervo.
Redução da capacidade operacional por vacâncias, rotatividade e sobrecarga	Compromete a continuidade e a qualidade das entregas, amplia o risco operacional e afeta a produtividade.	Implantação do programa Potencialize (gestão de desempenho), fortalecimento de ações de saúde mental e iniciativas de capacitação e qualidade de vida, combinadas com automação de tarefas e ampliação de soluções digitais e de IA para mitigar sobrecarga, apoiar retenção e preservar a capacidade operacional das equipes.
Incidentes de cibersegurança	Indisponibilidade de serviços e comprometimento de dados, afetando a continuidade, a integridade e a confiança no serviço.	Reforço de proteção, detecção e resposta a incidentes com controles e soluções (MFA, XDR e Anti-DDoS), adoção de serviços gerenciados de segurança (monitoramento 24/7) e capacitação contínua em segurança da informação.
Ondas de desinformação e elevação do nível de ameaça à segurança institucional	Compromete a confiança pública e pressiona as condições de funcionamento, aumentando o esforço de coordenação e resposta institucional.	Fortalecimento do Programa de Combate à Desinformação, intensificação da comunicação e da transparência e modernização da segurança institucional com monitoramento e controle de acesso apoiados por IA (reconhecimento facial e alertas), complementadas por capacitação e prontidão operacional.

2.2.1.1 Risco de elevação do nível de ameaça à segurança institucional

O risco decorre da intensificação e da recorrência de ameaças reais contra o STF, seus ministros, servidores e suas instalações, em um cenário de escalada e circulação permanente de mensagens hostis e ameaçadoras por diferentes meios, como redes sociais, e-mails, telefonemas e ações presenciais. Parte dessas ameaças foi planejada e materializada, com episódios recentes como o atentado com explosivos na Praça dos Três Poderes e a tentativa de invasão ao edifício-sede, evidenciando potencial de causar danos graves e comprometer o funcionamento institucional. Nesse contexto, a Polícia Judicial passa a operar sob pressão de capacidade diante do aumento do nível de risco, o que exige maior prontidão e o fortalecimento dos meios de prevenção e resposta.

Contexto do risco

Escalada e recorrência
Intensificação e recorrência de ameaças reais ao STF, pessoas e instalações.

Multicanais
Mensagens hostis por redes sociais, e-mails, telefonemas e ações presenciais.

Materialização
Episódios recentes: atentado com explosivos e tentativa de invasão ao edifício-sede.

Ações de mitigação

Atuação integrada e parcerias interinstitucionais para otimizar recursos e ampliar o compartilhamento de informações estratégicas.

Capacitação e especialização contínuas da equipe (cursos, simulações e intercâmbios) em inteligência, gestão de crises e proteção.

Modernização e ampliação das soluções de segurança (CFTV e controle de acesso), com uso de IA e biometria facial.

Funcionalidades avançadas: alertas por IA, leitura de placas, detecção de aglomerações/objetos suspeitos, busca forense e cercas virtuais.

Reforço de equipamentos especializados: drones, raio X, detectores de metais, scanner corporal, câmeras térmicas e sistema antidrone.

Reforço de pessoal (Lei nº 15.253/2025): criação de 40 cargos efetivos de Técnico Judiciário – Agente da Polícia Judicial, com posse coletiva de novos agentes para reforço da Secretaria de Polícia Judicial.

Impacto esperado

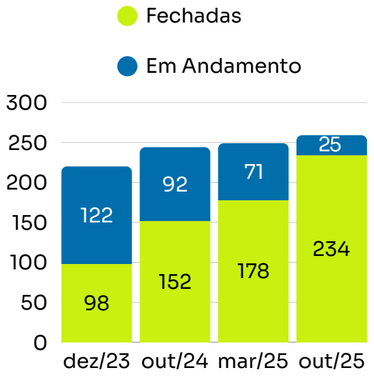
Maior prontidão e capacidade de prevenção e resposta, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo a proteção institucional.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.2.2 Ações de supervisão, controle e correição

No exercício, o STF adotou ações de supervisão, controle e correição voltadas a assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos, com foco na implementação de recomendações de auditoria, no atendimento às deliberações do TCU e no fortalecimento da ética.

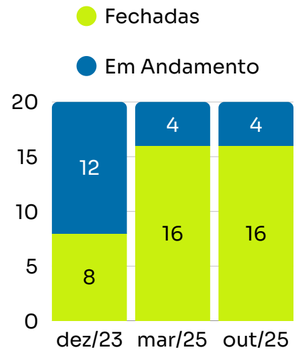
Recomendações da Auditoria Interna



Fonte: Relatório do sistema JIRA

O número de recomendações fechadas aumentou, passando de 71% para 90% do total em relação a 2024.

Deliberações do TCU



Fonte: Relatório do sistema JIRA

O número de deliberações fechadas foi mantido, considerando 2024, ficando em 80% do total.

Fortalecimento da ética

Entregas do projeto

- Diagnóstico e redesenho do modelo de atuação da Comissão de Ética
- Comissão ampliada e reorganizada em subcomissões (apuração de condutas e elaboração de políticas)
- Normas publicadas: Código de Conduta Ética (Res. nº 887/2025) e IN de procedimentos (IN nº 326/2025)
- Capacitação dos integrantes da Comissão de Ética
- Sistema de sorteio e nomeações formalizadas

Procedimentos disciplinares e apuração de conduta

PAD: 0 | Sindicância: 0 | Apuração de conduta ética: 1 (em andamento)

Ações preventivas

Divulgação do Código de Conduta Ética e da nova Comissão, orientação preventiva por meio de consultas.

Cartilha de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e discriminação.



Novo arcabouço de ética implantado, com foco preventivo e pedagógico, fluxos claros e imparcialidade na distribuição das apurações.

LGPD

Em auditoria do TCU sobre a aplicação da LGPD, o STF obteve índice de 88,09%, foi classificado no nível “aprimorado” (grau máximo de maturidade) e alcançou o melhor desempenho entre as 67 instituições do Poder Judiciário avaliadas.

Informações complementares

Relatório de Monitoramento | Painel Nacional de Implementação da LGPD | Ações de Correição

Fonte: Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade, Relatório de atividades 2025 e Comissão de Ética

2.3 Estratégia

O planejamento estratégico é uma ferramenta essencial na gestão para orientar decisões e melhorar os resultados organizacionais. Estratégias são escolhas que impactam a atuação da instituição em relação aos seus objetivos, sendo cruciais para atingir metas organizacionais. O Modelo de Gestão Estratégica do STF está definido na Resolução nº 782/2022. A representação a seguir ilustra a estrutura de planejamento estratégico do STF.

Plano Estratégico de longo prazo (de 5 a 10 anos)	Mais abrangente e estável, contempla a missão, a visão de futuro, os valores e os temas estratégicos, e serve como referência para os planos estratégicos de cada presidência (de até 2 anos) do STF.
Plano Estratégico da Gestão (de até 2 anos)	Alinhado ao Plano Estratégico de longo prazo, apresenta o norte da gestão, os objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as prioridades de melhoria, que promovem o desdobramento dos objetivos estratégicos em ações, iniciativas e projetos estratégicos.
Planos Táticos e Operacionais	Planos de ações das unidades organizacionais que possuem interface e alinhamento com a estratégia do Tribunal que objetivam o alcance das metas estabelecidas.

A gestão monitora indicadores estratégicos, projetos, ações e riscos, reportando resultados à Alta Administração e às unidades do Tribunal. Nesse processo, podem ser identificados problemas, oportunidades e elaboradas propostas de revisão. Ao final, é apresentado um relatório consolidado do Plano Estratégico da Gestão.

Plano Estratégico de 5 anos



Plano Estratégico 2021-2025

Plano Estratégico da Gestão



Plano Estratégico da Gestão 2023/2025

Relatório de Resultados



Relatório de Resultados 2023-2025

2.4 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos

O ano de 2025 marcou avanços significativos na implementação do Plano Estratégico da Gestão 2023/2025 (PEG-STF 2023/2025), consolidando esforços para aproximar o STF da sociedade e aprimorar a prestação jurisdicional. As ações desenvolvidas tiveram como foco o fortalecimento da comunicação com os cidadãos, a modernização de processos internos e o investimento em inovação e sustentabilidade. Esta seção apresenta os principais resultados alcançados ao longo do ano, destacando os impactos sociais gerados pelas iniciativas estratégicas implementadas.

Resultado do PEG-STF 2023/2025 em 2025

06 Objetivos | **20** Metas

100%
DAS METAS ALCANÇADAS

Todas as 20 metas foram alcançadas, ou seja, os resultados de seus indicadores de desempenho assinalam que o quantitativo ou o percentual estabelecido como meta foi totalmente alcançado no ano de 2025.

Os resultados alcançados em 2025 refletem o compromisso contínuo do STF com a construção de uma justiça mais eficiente, transparente e próxima do cidadão. Nas próximas páginas, serão apresentados os detalhes do cumprimento de cada meta estratégica, destacando as ações e os impactos gerados ao longo do ano.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.4.1 Objetivo estratégico 1: Priorizar o perfil de Corte constitucional

A atuação do STF como Corte constitucional concentra esforços na análise de questões de natureza constitucional que ultrapassam interesses individuais, visando garantir a uniformidade na interpretação e aplicação da Constituição. Essa função permite ao Tribunal: (i) definir a interpretação mais adequada dos dispositivos constitucionais, (ii) orientar juízes e tribunais na aplicação do direito constitucional e (iii) assegurar, de forma estruturada e eficaz, o cumprimento dos direitos fundamentais.

No Brasil, cabe ao STF verificar se leis e atos normativos estão em conformidade com a Constituição Federal, consolidando seu papel essencial de fixar, de forma clara e acessível, a interpretação dos princípios constitucionais. Esse objetivo estratégico visa direcionar esforços para fortalecer essa atuação prioritária.

Para este objetivo, foram estabelecidas duas metas:

META 1.1 Reduzir em 20% o estoque de temas de repercussão geral pendentes de julgamento

Indicador: Taxa de redução do estoque de temas de repercussão geral
Resultado: 49% de redução do acervo histórico

IMPACTOS SOCIAIS
A redução do estoque de temas pendentes permite ao STF dedicar-se a atuar na sua vocação constitucional e proporciona uma resposta jurídica mais ágil e eficiente, promovendo o aumento da segurança jurídica, visto que o instituto da repercussão geral possibilita que casos semelhantes tenham a mesma solução.

49%
de redução

META 1.2 Reduzir em 20% o estoque de processos de controle concentrado

Indicador: Taxa de redução do estoque de processos de controle concentrado
Resultado: 52% de redução do estoque

IMPACTOS SOCIAIS
A redução do estoque de processos de controle concentrado significa que mais casos estão sendo julgados pelo STF, acelerando, assim, a solução de controvérsias constitucionais. Com isso, a sociedade se beneficia na medida em que mais normas contrárias à Constituição têm a sua eficácia prejudicada, ou, mais normas em consonância com a Constituição têm a sua eficácia confirmada, revelando a importância da Meta 1.2 para a garantia da segurança jurídica, fator indispensável à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e à manutenção do Estado Democrático de Direito.

52%
de redução

ODS

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

VALOR PÚBLICO

- Garantia da supremacia da Constituição Federal
- Segurança jurídica
- Proteção dos direitos fundamentais
- Integridade do Estado Democrático de Direito

2.4.2 Objetivo estratégico 2: Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional

A atuação do STF para gerir e decidir seu estoque de processos de forma mais eficiente e rápida exige o aprimoramento contínuo dos sistemas e processos de trabalho, além do investimento em tecnologia e inteligência artificial para agilizar a prestação jurisdicional.

A prestação jurisdicional consiste na solução de conflitos por meio da Justiça, sendo considerada efetiva quando juízes ou tribunais analisam as questões apresentadas pelas partes e proferem uma decisão.

Para este objetivo, foram estabelecidas duas metas:

META 2.1 Consolidar o STF-Digital como ambiente único para o trabalho nos Gabinetes

Indicador: Taxa de execução do projeto
Resultado: 100% de execução do projeto

IMPACTOS SOCIAIS

A implementação de sistemas e funcionalidades na plataforma STF-Digital contribui para a modernização do processo judicial, promovendo maior produtividade, segurança, velocidade e transparência no julgamento de processos no STF.

100%
de execução do projeto

META 2.2 Expandir o escopo da VitórIA para a classe processual reclamações

Indicador: Taxa de execução do projeto de expansão do escopo da VitórIA
Resultado: 100% de execução do projeto

IMPACTOS SOCIAIS

A expansão do escopo da ferramenta de Inteligência Artificial VitórIA para possibilitar a triagem qualificada e agrupamento da classe processual reclamações evidencia o esforço e o compromisso do Tribunal para implementar e utilizar a inovação tecnológica em benefício da sociedade, por meio de uma prestação jurisdicional qualificada, célere e que atenda ao interesse do cidadão. A identificação de processos semelhantes permitirá tratar questões de massa ou ondas de litigiosidade e reduzir a quantidade de processos aguardando solução no STF.

A utilização da inteligência artificial para otimizar os julgamentos e antecipar a identificação de novas controvérsias contribui para a eficiência e celeridade do sistema jurídico, fortalecendo as instituições e promovendo o acesso à justiça.

100%
de execução do projeto

ODS



VALOR PÚBLICO

- Segurança jurídica
- Integridade do Estado Democrático de Direito

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.4.3 Objetivo estratégico 3: Aprimorar a comunicação com a sociedade

O STF busca estabelecer uma comunicação clara, acessível e transparente com a sociedade. A simplificação da linguagem e a explicação objetiva das decisões facilitam a compreensão das funções e do trabalho do Tribunal, fortalecendo a confiança na Justiça e contribuindo para o combate à desinformação. Para isso, o STF utiliza diversos canais de comunicação, como a Ouvidoria — que atua como canal de escuta e orientação —, além da Rádio e TV Justiça, canal do Whatsapp, redes sociais e sua página na internet.

Para este objetivo, foram estabelecidas seis metas:

META 3.1 Implementar a Ouvidoria do STF para escuta da população

Indicador: Taxa de implementação da Ouvidoria
Resultado: 100% de implementação da unidade

IMPACTOS SOCIAIS

A Ouvidoria estabelece um canal direto de comunicação com a sociedade, e, por meio da integração às Ouvidorias Públicas, internaliza as melhores práticas relacionadas ao atendimento, qualidade dos serviços, integridade e transparência institucional.

100%
de implementação da unidade

META 3.2 Ampliar o alcance do programa STF na Escola, de 5 para 25 as instituições de ensino

Indicador: Número de escolas no programa STF na Escola
Resultado: 68 escolas

IMPACTOS SOCIAIS

O programa fortalece a cidadania ao promover a cultura constitucional, combater a desinformação e levar noções de cidadania e democracia a crianças e adolescentes. Alinhado ao ODS 4 da Agenda 2030, que destaca a educação de qualidade como base do desenvolvimento sustentável, ele contribui para formar cidadãos informados e engajados ao ensinar jovens sobre o STF e a democracia.

68
instituições alcançadas

META 3.3 Divulgar 100% das decisões mais relevantes do Plenário pelo boletim Informação à Sociedade

Indicador: Taxa de decisões do Plenário físico divulgadas no boletim Informação à Sociedade
Resultado: 100% de decisões divulgadas

IMPACTOS SOCIAIS

A divulgação das decisões do STF de forma clara e didática aos cidadãos dificulta a disseminação de desinformação, aumenta a confiança geral na instituição e gera uma boa imagem do Tribunal, que se reflete na visão que a sociedade tem do Judiciário.

100%
de divulgação

ODS





VALOR PÚBLICO

- Proteção dos direitos fundamentais
- Integridade do Estado Democrático de Direito

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.4.3 Objetivo estratégico 3: Aprimorar a comunicação com a sociedade

META 3.4 Lançar aplicativo (APP) da TV Justiça

Indicador: Taxa de entregas realizadas do projeto APP de *streaming* da TV Justiça
Resultado: 100% das entregas realizadas

IMPACTOS SOCIAIS

O *streaming* permite o acesso amplo e facilitado aos atos do Poder Judiciário e às funções essenciais da Justiça e dá maior alcance aos conteúdos produzidos pela TV e Rádio Justiça. Portanto, contribui com a difusão da informação sobre o STF e o Poder Judiciário.

APP lançado

META 3.5 Divulgar em inglês e espanhol resumo das decisões mais relevantes tomadas pelo STF

Indicador: Taxa de execução do projeto
Resultado: 100% de execução do projeto

IMPACTOS SOCIAIS

Maior visibilidade da jurisprudência do Supremo no exterior e de suas contribuições em temas-chave como direitos fundamentais, direitos humanos, democracia, Estado de Direito, crise climática e novas tecnologias, promovendo estudos e discussões sobre esses temas.

100%
de divulgação

META 3.6 Lançar ao menos 5 novas exposições no Museu do STF

Indicador: Número de novas exposições no Museu do STF
Resultado: 9 exposições lançadas

IMPACTOS SOCIAIS

O STF realizou nove exposições que deram visibilidade a temas de relevância nacional, com destaque para democracia, direitos fundamentais, igualdade de gênero, inclusão social, acessibilidade e meio ambiente. Entre as iniciativas, a exposição “STF Iluminado – 65 anos do Tribunal da Constituição em Brasília” reforçou a memória institucional e o compromisso da Corte com a defesa da democracia. No campo artístico, o Tribunal recebeu obras de Amílcar de Castro e inaugurou novo espaço com painéis de Sebastião Salgado. A agenda social foi fortalecida por mostras como “Mulheres do Brasil” e “Amazônia Viva”, pela ampliação do debate sobre a regulamentação da licença-paternidade e pela exposição inclusiva “STF pelos meus olhos”, do fotógrafo Bruno Moura. Complementando o conjunto, a mostra “STF mudando a vida das pessoas” utilizou recursos visuais para demonstrar como decisões do Tribunal impactam o cotidiano, contribuindo para transparência, compreensão pública e promoção da cidadania.

9
exposições lançadas

ODS



VALOR PÚBLICO

- Proteção dos direitos fundamentais
- Integridade do Estado Democrático de Direito

2.4.4 Objetivo estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional

O STF atua para aprimorar a governança e a gestão organizacional da Corte, bem como para ampliar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, em especial a preservação do meio ambiente, a integridade digital e o combate à desinformação. As iniciativas compreendem a elaboração de planos e projetos estratégicos, bem como o monitoramento e a avaliação de iniciativas e resultados.

Para este objetivo, foram estabelecidas cinco metas:

META 4.1 Aumentar para 75% o índice de acessibilidade do STF

Indicador: Índice de acessibilidade do STF
Resultado: 85% no índice de acessibilidade

IMPACTOS SOCIAIS
Essa meta se relaciona com o ODS 11 da Agenda 2030, que tem como foco tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Ao melhorar a acessibilidade nos espaços físicos e virtuais, o STF promove a inclusão e a igualdade de acesso para todos.

85%
índice de acessibilidade

META 4.2 Alcançar ao menos 30% de entregas previstas no programa STF +Sustentável

Indicador: Taxa de entregas do programa STF +Sustentável
Resultado: 100% de entregas realizadas

IMPACTOS SOCIAIS
A Meta 4.2 promove a aproximação do STF com a sociedade e se alinha com duas Metas do ODS 12 da Agenda 2030, que busca garantir padrões de consumo e produção sustentáveis: Meta 12.5 (até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso) e a Meta 12.7 (promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais).

100%
das entregas realizadas

ODS





VALOR PÚBLICO

Proteção dos direitos fundamentais

2.4.4 Objetivo estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional

META 4.3 Reduzir em 50%, no âmbito do STF, o consumo de água mineral em garrafas plásticas

Indicador: Taxa de redução do consumo de água mineral envasada em garrafas plásticas
Resultado: consumo de água mineral em garrafa plástica zerado

IMPACTOS SOCIAIS

A redução do consumo de água envasada em garrafas plásticas promove a aproximação do STF com a sociedade, pois contribui para a redução do impacto ambiental negativo ao promover a sustentabilidade ambiental e a diminuição de resíduos sólidos. A Meta 4.3 se relaciona com a Meta 11.6 do ODS 11 (reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros); com o ODS 12 (consumo e produção sustentáveis) e com o ODS 14 (vida na água), que busca trazer soluções para o problema da poluição por plásticos nos oceanos.

100%
redução do consumo

META 4.4 Aumentar em 25% o número de parceiros oficiais do Programa de Combate à Desinformação

Indicador: Taxa de novas adesões ao Programa de Combate à Desinformação do STF
Resultado: 119 parceiros, o número de parcerias aumentou 89%

IMPACTOS SOCIAIS

O programa busca fortalecer a confiança no STF, promover a cultura democrática e reduzir discursos de ódio, ataques às instituições e práticas que contestam a democracia. Parcerias estratégicas são fundamentais para ampliar a eficácia no combate à desinformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais pacífica e de instituições sólidas e responsáveis. Essa iniciativa está alinhada à Meta 4.4 e ao ODS 16, que visa promover a paz e fortalecer instituições eficazes e transparentes.

89%
aumento das parcerias

META 4.5 Treinar ao menos 50% do quadro de pessoal do STF em segurança da informação

Indicador: Taxa de quadro de pessoal treinado em segurança da informação
Resultado: 51% (de 1200 servidores, 611 foram treinados)

IMPACTOS SOCIAIS

As ações de conscientização e capacitação em segurança da informação promovidas pelo STF contribuem para proteger seus sistemas e garantir a continuidade dos serviços prestados à sociedade de forma segura e eficaz. Ao fortalecer a cultura de segurança digital entre servidores e colaboradores, o Tribunal reduz vulnerabilidades e minimiza riscos de ataques cibernéticos que poderiam comprometer dados sensíveis e prejudicar o acesso da população à Justiça.

51%
servidores treinados

ODS



VALOR PÚBLICO

- Proteção dos direitos fundamentais
- Integridade do Estado Democrático de Direito

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.4.5 Objetivo estratégico 5: Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF

O STF atua para que seus servidores se sintam valorizados, respeitados e acolhidos em seu ambiente de trabalho. Ações que promovem a qualificação, a satisfação e o bem-estar dos colaboradores contribuem para um ambiente mais colaborativo, criativo e produtivo. A implementação de programas e práticas voltados à saúde física e mental, bem como ao desenvolvimento profissional, é essencial para fortalecer a motivação e o engajamento. Esse enfoque integrado, que alia a valorização do capital humano à eficiência organizacional, é fundamental para construir um Tribunal mais resiliente e preparado para enfrentar os desafios contemporâneos.

Para este objetivo, foram estabelecidas quatro metas:

META 5.1 Realizar ao menos 6 ações por ano do Programa de Saúde Mental do STF

Indicador: Taxa de execução de plano de ação relacionado ao Programa de Saúde Mental do STF

IMPACTOS SOCIAIS

As ações do programa buscam promover a saúde mental dos servidores, fator essencial para o bem-estar no ambiente de trabalho. Essa iniciativa contribui para um quadro de colaboradores mais motivado, produtivo e engajado, refletindo-se na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Essa Meta 5.1 está alinhada à Meta 3.4 do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) da Agenda 2030, que incentiva a promoção da saúde mental e do bem-estar para todos.

100%
da meta alcançada

META 5.2 Ampliar a permanência das crianças, de 16 para 24 meses, no berçário do STF

Indicador: Tempo de permanência das crianças no berçário do STF

IMPACTOS SOCIAIS

Ao promover a igualdade de gênero no ambiente de trabalho, o STF fortalece a construção de um espaço mais inclusivo e equitativo, assegurando que mães tenham condições de progredir na carreira em igualdade de oportunidades com os homens. Essa iniciativa está alinhada à Meta 5.2 e reforça o compromisso do Tribunal com a política de igualdade de gênero, em consonância com o ODS 5 da Agenda 2030, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Permanência ampliada

ODS





VALOR PÚBLICO

- Proteção dos direitos fundamentais
- Integridade do Estado Democrático de Direito

2.4.5 Objetivo estratégico 5: Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF

META 5.3 Alcançar, ao menos, 70% de satisfação em relação às demandas de capacitação

Indicador: Taxa de satisfação das demandas de capacitação

IMPACTOS SOCIAIS

A meta está alinhada ao ODS 4 da Agenda 2030, que destaca a educação de qualidade como base para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da vida das pessoas. Espera-se que as ações resultem em maior efetividade nos treinamentos, aumento da satisfação dos gestores e equipes envolvidas, além do aprimoramento das iniciativas de capacitação e da gestão de pessoas no STF. Essas melhorias refletem-se na prestação de serviços mais qualificada e eficiente, beneficiando diretamente a sociedade com um atendimento mais ágil e assertivo às suas demandas.

97%
de satisfação em média

META 5.4 Implantar novo modelo de gestão de desempenho no STF

Indicador: Taxa de entregas do programa Potencialize

IMPACTOS SOCIAIS

Ao valorizar e desenvolver os talentos dos servidores, o STF contribui para um ambiente de trabalho mais produtivo e engajado, o que se reflete diretamente na melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade. Essa iniciativa impulsiona o crescimento profissional, promove o bem-estar no trabalho e fortalece a entrega de resultados mais assertivos e satisfatórios, alinhando-se ao ODS 8 da Agenda 2030, que incentiva o crescimento econômico sustentável e o trabalho decente para todos.

100%
de implementação

ODS





VALOR PÚBLICO

Proteção dos direitos fundamentais

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.4.6 Objetivo estratégico 6: Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF

O STF atua para reforçar a segurança de suas instalações e a proteção de dignitários. A necessidade de aprimoramento permanente da segurança patrimonial e de pessoas do STF ficou patente após os atos do dia 08 de janeiro de 2023. É importante para a prevenção de perdas, roubos, furtos, vandalismo, incêndios e outros eventos que possam causar danos ao patrimônio e às pessoas.

Para este objetivo, foi estabelecida uma meta:

META 6.1 **Alcançar ao menos 70% de entregas previstas no Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF**

Indicador: Taxa de entregas do Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF

IMPACTOS SOCIAIS

Esta meta se correlaciona com o ODS 11 da Agenda 2030, que visa tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Ao promover a renovação do parque tecnológico da Secretaria de Polícia Judicial, munindo-a de ferramentas modernas e de inteligência artificial, o STF contribui para a segurança e resiliência da instituição. A proteção de pessoas e demais ativos é essencial para a manutenção da ordem e da paz social, além de ser fundamental para a preservação das instituições democráticas e do Estado de Direito, pilares indispensáveis ao desenvolvimento sustentável

100%
de entregas realizadas

ODS



VALOR PÚBLICO

- Proteção dos direitos fundamentais
- Integridade do Estado Democrático de Direito

2.5 Ações para aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

Apresentam-se as principais ações realizadas no período para concretizar o Norte da Gestão 2023–2025: “Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade”. As iniciativas destacadas buscaram fortalecer a comunicação institucional de forma clara e acessível, ampliar a transparência e difundir conhecimento sobre a Constituição, evidenciando o impacto das decisões do STF na vida das pessoas. Ao reunir entregas direcionadas ao público externo, o conjunto de ações demonstra o esforço institucional para ampliar compreensão, confiança e proximidade com a sociedade, em alinhamento ao valor de foco no cidadão.

Escrevendo *Direitos*



Em 2025, o projeto Escrevendo Direitos foi ampliado com a criação de três novos painéis temáticos, vinculados a datas comemorativas e voltados aos direitos das mulheres, à diversidade sexual e de gênero e à temática da deficiência.

Saiba mais

Esquetes sobre *Direitos das Mulheres*



No Dia Internacional da Mulher, o STF e o Porta dos Fundos lançaram uma campanha para conscientizar o público sobre os direitos das mulheres e as leis de proteção, com o objetivo de tornar essas informações mais acessíveis e didáticas para a sociedade. A iniciativa não envolveu pagamento de cachês ou qualquer contrapartida financeira.

Saiba mais

STF *na Bienal do Livro*



Na Bienal do Livro Rio 2025, o STF participou com a instalação de uma Constituição de três metros, a distribuição da cartilha Uma aventura com a Constituição a estudantes e o lançamento do livro Informação à Sociedade, com resumos em linguagem simples de decisões do Plenário presencial e dos principais julgamentos virtuais.

Saiba mais

Semana da Justiça *pela Diversidade Cultural*



Promovida em alusão ao Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, instituído pela ONU, a Semana foi realizada em conjunto com o STJ e o TST, e realizou uma programação de eventos para reafirmar o compromisso do Poder Judiciário com a valorização da diversidade cultural.

Saiba mais

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.5 Ações para aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

STF *na escola*



O projeto STF na Escola busca ampliar a compreensão de estudantes sobre o STF, a Constituição e a democracia por meio de ações educativas. Em 2025, foi lançado o curta de animação "Uma aventura com a Constituição", com sessões para alunos no Tribunal, e a iniciativa realizou visitas a escolas em estados como Amazonas, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Saiba mais

Lançamento *de Videocast*



Programa de vídeos com entrevistas de personalidades populares, para abordar assuntos sobre cidadania, justiça e direitos fundamentais. Visando aprimorar a comunicação com o público externo, as entrevistas estão disponíveis no canal do YouTube da Corte.

Saiba mais

Projeto *Casos Relevantes*



O projeto Casos Relevantes busca valorizar e difundir, no Brasil e no exterior, o acervo jurisprudencial do STF por meio da seleção e divulgação de julgados paradigmáticos (1988–2023). Foram selecionadas 50 decisões e produzidos relatórios de casos em português, inglês e espanhol, com hotsite e painel interativo trilíngue para ampliar o acesso ao conteúdo, além da publicação em livro.

Saiba mais

Leis e Likes *Papel do judiciário e influência digital*



A segunda edição do evento "Leis e likes" reuniu 26 influenciadores digitais para debates sobre democracia, papel das instituições e comunicação nas redes. A iniciativa buscou aproximar o Tribunal do universo digital e trocar experiências para tornar a comunicação institucional mais acessível e eficaz no enfrentamento à desinformação.

Saiba mais

2.5 Ações para aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

STF *MOOT*

Em 2025, o Supremo Tribunal Federal lançou a primeira edição do STF Moot, julgamento simulado voltado a estudantes de Direito de todo o país. A iniciativa tem como objetivo incentivar o estudo do direito constitucional, promover o entendimento do papel institucional do STF e estimular a formação prática de futuros operadores do Direito.

Saiba mais

STF *Inspira*

Em setembro de 2025, ocorreu a segunda edição do STF Inspira, evento no estilo TEDx com o tema "Construindo o amanhã", reunindo servidores do STF e convidados para compartilhar histórias inspiradoras sobre direitos humanos e democracia.

Saiba mais

II Prêmio Nacional *de Jornalismo do Poder Judiciário*

A cerimônia reconheceu o trabalho de jornalistas que abordaram o papel da Justiça brasileira em temas como direitos humanos e tecnologia, reafirmando que a imprensa livre e crítica é indispensável à democracia e valorizando reportagens sobre assuntos essenciais ao amadurecimento democrático.

Saiba mais

37 anos *da Constituição Federal*

O STF lançou uma página especial reunindo conteúdos do portal de notícias em celebração aos 37 anos da Constituição Federal de 1988, com matérias sobre decisões emblemáticas relatadas pelos ministros, entrevista do presidente do Tribunal no *podcast* "Supremo na Semana" e o documentário "37 anos da Constituição Cidadã".

Saiba mais

2.5 Ações para aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

Dia da Justiça
na COP 30



Iniciativa que reuniu instituições judiciais do Brasil e do exterior para debater justiça climática e direitos humanos, com foco em cooperação internacional e construção de diretrizes comuns para a atuação judicial frente à crise do clima.

Saiba mais

STF Escuta
3ª Edição



Em continuidade com o Projeto "STF Escuta", a 3ª edição foi realizada com representantes de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. O objetivo do projeto é aproximar a realidade de diversas comunidades, para fortalecer a atuação do STF na promoção de uma instituição mais acessível, inclusiva e culturalmente sensível.

Saiba mais

1ª Semana
da Cultura DEF



A primeira edição da Semana da Cultura Def, reuniu artistas e influenciadores de Brasília na sede do STF para uma roda de conversa, com o intuito de ampliar diálogos sobre inclusão e diversidade no Tribunal.

Saiba mais

Museu
Ministro Sepúlveda Pertence



Para quem não pode participar da visita presencial, além do tour virtual pelo museu, passou a estar disponível, em 2025, o acervo institucional em formato digital, com acesso *on-line* a imagens e descrições de objetos, documentos, itens multimídia e registros de exposições.

Saiba mais

2.5.1 Articulação interinstitucional, parcerias e internacionalização

Ampliação do diálogo institucional e fortalecimento de cooperações nacionais e internacionais voltadas à difusão de conhecimento, à inovação e à promoção de direitos. Em 2025, a articulação interinstitucional do STF intensificou-se por meio de iniciativas de cooperação, intercâmbio e participação em redes e espaços de debate, com vistas ao aprimoramento da atuação institucional, ao fortalecimento de boas práticas e ao apoio à consolidação democrática. Essas ações abrangeram relações com os demais Poderes, parcerias com instituições acadêmicas e com outras cortes e tribunais, do Brasil e do exterior, bem como agendas de internacionalização e de formação.

Articulação interinstitucional

Diálogo institucional e articulação com atores estratégicos, com foco em fortalecimento democrático e promoção de direitos.

Destaques

Programa Pena Justa

Programa criado para combater violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional brasileiro, articulado entre os Poderes Executivo e Judiciário.

Saiba mais

Visita a terras indígenas no Vale do Javari

Visita para ouvir lideranças locais, com participação do STJ, da Funai e do CNJ, articulando a pauta ambiental à defesa dos povos originários.

Saiba mais

Audiência com representantes da Marcha das Mulheres Negras

Audiência sobre violências que atingem mulheres negras e a busca de justiça para vítimas de operações policiais.

flickr

Parcerias e cooperação técnica

Cooperações para qualificação institucional, produção e difusão de conhecimento aplicado e aprimoramento de práticas.

Destaques

Cooperação para gestão de precedentes

Acordo de cooperação técnica entre STF, TJSP, PGE-SP e PGM-SP para fortalecer a gestão de precedentes e o tratamento de demandas repetitivas.

Saiba mais

Cooperação acadêmica e internacional

Convênios com as universidades USP e UFPA e acordo de cooperação com a Corte Constitucional da Colômbia para cooperação em estudos constitucionais.

Saiba mais

Parcerias para sustentabilidade e energia limpa

Cooperações com a Biofílica Ambipar (compensação de emissões de GEE) e com a Neoenergia (usina fotovoltaica).

Saiba mais

Internacionalização e troca de conhecimento

Participação em fóruns internacionais e regionais, com foco em cooperação, troca de experiências e discussão de desafios atuais.

Destaques

Encontro de Presidentes de Tribunais Constitucionais da América Latina

Discussão de temas centrais da agenda contemporânea da Justiça, como segurança pública, crime organizado, novas tecnologias e democracia.

Saiba mais

XXX Encontro de Tribunais, Cortes e Câmaras Constitucionais da América Latina e do Caribe

O STF sediou a abertura do evento, como instituição anfitriã.

Saiba mais

X Encontro do Fórum de Cortes Supremas do Mercosul

Iniciativa que busca reforçar os mecanismos de integração e de resolução de controvérsias no bloco.

Saiba mais

Fonte: Relatório de Atividades 2025

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.5.2 Ações de comunicação

O Supremo segue com o compromisso de ampliar a interlocução da Corte com o público externo por meio de diversas plataformas de comunicação, como portal de notícias, rádio, TV e redes sociais. Em 2025, foram os seguintes destaques:

1.850
notícias publicadas no portal

11,4 milhões
visualizações no canal da Rádio e TV Justiça no YouTube

7,2 milhões
visualizações do perfil da Rádio e TV Justiça no Instagram

9,6 mil
downloads do aplicativo TV Justiça+

50 milhões de pessoas
alcance da TV Justiça
1.895
horas inéditas de programação

28 milhões de pessoas
alcance da Rádio Justiça
6.867
horas inéditas de programação

Custeio compartilhado da Rádio e TV Justiça: com a edição da Resolução nº 874/2025, foi instituído novo modelo de financiamento da Rádio e TV Justiça, baseado no custeio compartilhado entre órgãos do Poder Judiciário, mediante transferências de recursos dos tribunais superiores, dos conselhos judiciários e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade financeira e aprimorar a governança na alocação dos custos.

Engajamento por rede social

O engajamento nas redes sociais do STF em 2025 inclui comentários, reações, compartilhamentos e respostas.

Instagram	Facebook	Youtube	X (Twitter)	Tiktok	Spotify	WhatsApp	LinkedIn	flickr
1.191.841	223.784	244.045	1.776.000	189.729	57.675	102.764	30.732	13.406

Fonte: Secretaria de Comunicação Social

2.5.3 Programa de Combate à Desinformação

PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO

O Programa de Combate à Desinformação foi instituído para enfrentar os efeitos negativos de narrativas falsas ou descontextualizadas e de fenômenos associados, como discursos de ódio e ataques às instituições, que podem comprometer o exercício das missões constitucionais do STF e a estabilidade democrática. Considera-se desinformação toda declaração pública nociva baseada em dados falsos, alterados ou imprecisos, capaz de distorcer o sentido de decisões, induzir opiniões em erro e gerar desconfiança social. Nesse contexto, o programa articula parceiros de diferentes setores e desenvolve ações informativas, educativas e transparentes, com foco em ampliar o acesso a conteúdos confiáveis, fortalecer a educação cidadã e reconstruir a confiança nas instituições, em consonância com a Constituição e com os direitos humanos. Em 2025, a iniciativa alcançou **119 parcerias** com instituições de pesquisa, universidades, órgãos governamentais, plataformas digitais e organizações da sociedade civil.

Eixos do programa

Eixo 1 – Compreender a desinformação

Tem como meta qualificar o enfrentamento à desinformação por meio de investigações consistentes e aprofundadas, capazes de identificar como ela se manifesta e muda ao longo do tempo, considerando seu caráter dinâmico, para orientar ações mais eficazes.

Eixo 2 – Reduzir o impacto das narrativas desinformativas

Busca ampliar a cooperação para enfrentar narrativas falsas de forma articulada e colaborativa, fortalecendo redes de verificação de fatos, firmando parcerias com agentes estratégicos e plataformas digitais e incentivando ações educativas e culturais.

Eixo 3 – Recuperar a confiança das pessoas

Concentra-se na proteção da democracia, na valorização das instituições e na garantia de direitos, com iniciativas para fortalecer a estabilidade democrática e adotar uma atuação preventiva e integrada contra a desinformação, a radicalização e o extremismo.

Principais resultados



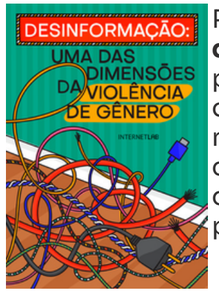
Lançamento do segundo volume do livro "**Desinformação: o mal do século**", em parceria com a Universidade de Brasília (UnB)

Saiba mais

DESINFOTECA

Lançado o primeiro acervo da Desinfoteca, repositório de links e materiais de referência do programa, com o tema "Proteção de direitos da infância e da adolescência no ambiente digital", em parceria com Instituto Alana, Childhood Brasil, Coalização Brasileira pelo Fim da Violência Contra Crianças e Adolescentes e Instituto Liberta.

Saiba mais



Publicação da cartilha **Desinformação: uma das dimensões da violência de gênero**, publicada, em parceria com o InternetLab, que aborda os impactos da disseminação de notícias falsas nas redes sociais, destaca como essa prática afeta mulheres em razão de sua identidade de gênero e orienta sobre prevenção e denúncia de agressões virtuais.

Saiba mais

Fonte: Secretaria de Relações com a Sociedade

2.6 Transparência e relacionamento com o cidadão

A transparência ativa é compromisso permanente do STF com a prestação de contas e com a melhoria contínua da clareza, usabilidade e abrangência das informações públicas.

2.6.1 Principais instrumentos de transparência

Portal do STF



Rádio e TV Justiça

- Informa, esclarece e amplia o acesso à Justiça, com transparência sobre ações e decisões institucionais.
- Favorece o conhecimento da sociedade sobre direitos e deveres.
- Transmite ao vivo os julgamentos do STF.
- Oferece programação com linguagem clara e didática, com julgamentos, cursos na área do Direito, debates, entrevistas e documentários.
- Clique no ícone e veja no site a programação e como sintonizar a TV e a Rádio Justiça.

Destaques do ano

Portal de Sessões de Julgamento

Permite acompanhar, em um único ambiente, todas as sessões de julgamento do Tribunal.

Busca do portal

Implementação de nova ferramenta de pesquisa geral para facilitar a localização de conteúdos.

Portal de Transparência e Prestação de Contas

Aprimorado com navegação priorizando dispositivos móveis, padronização e acessibilidade dos conteúdos, além da ampliação e revisão de painéis.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.6.2 Atendimento ao cidadão e escuta institucional

A Ouvidoria do STF atua como canal oficial de diálogo com a sociedade, promovendo escuta qualificada e melhoria contínua dos serviços. Nesse processo, a escuta institucional fortalece a transparência e apoia a melhoria contínua dos serviços prestados. O serviço de atendimento ao cidadão (SAC) atende ao prescrito na Lei nº 13.460/2017, que disciplina o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público.

2.6.2.1 Ouvidoria

STF OUVIDORIA

STF OUVIDORIA DA MULHER

A Ouvidoria do Supremo é um canal entre a sociedade e o Tribunal da Constituição voltado ao registro de sugestões, elogios, reclamações, solicitações, pedidos de acesso à informação e requisições de dados pessoais. A estrutura inclui a Ouvidoria da Mulher, espaço de escuta qualificada para manifestações relacionadas a questões de gênero, reforçando a transparência, a escuta ativa e o aprimoramento contínuo dos serviços do Tribunal.

2.6.2.2 Canais de atendimento

- Sistema de ouvidorias Fala.Br
- Canal de teleinformações processuais
- Atendimento presencial
- Cartas

Veja como acessar os canais na página da Ouvidoria no portal do STF — Ouvidoria

2.6.2.3 Fluxo de tratamento

De forma simplificada, as manifestações recebidas seguem o seguinte fluxo de tratamento:

Recebimento → Avaliação → Encaminhamento à unidade competente → Monitoramento → Resposta ao cidadão

2.6.2.4 Dados de atendimento

50.235 Manifestações recebidas

148 Competência da Ouvidoria da Mulher

45% Teleinformações processuais

90% Satisfeitos ou Muito satisfeitos com o atendimento

Painel Ouvidoria em números

Fonte: Ouvidoria do STF

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

2.6.2.5 *Habeas corpus* recebidos por carta

952
Habeas corpus recebidos por carta

Os HCs são recebidos, triados e registrados no Fala.BR. Então, são encaminhados à Secretaria Judiciária para distribuição a Ministro Relator ou registro ao Ministro Presidente, conforme o caso. Após esse processamento, a Ouvidoria comunica as informações ao solicitante, viabilizando o acompanhamento pelo site do Tribunal.

2.6.2.6 Sugestões

54
Sugestões de melhorias

Melhorias a partir de sugestões:

- Novo fluxo para *habeas corpus* de incompetência manifesta.
- Peticionamento eletrônico em processos sigilosos.
- Protocolo judicial eletrônico para envio de respostas a determinações de Ministros do STF.

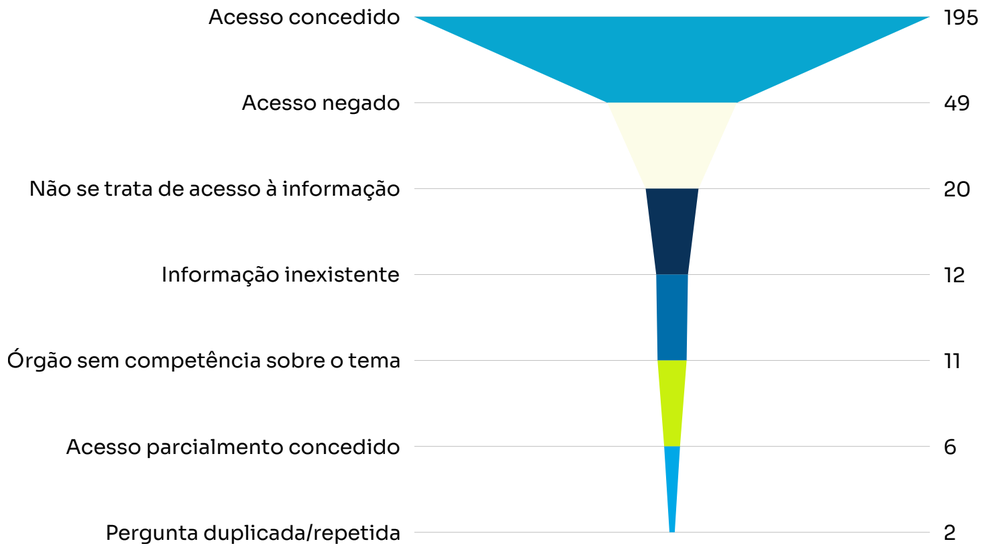
Acesse a Carta de Serviços do Supremo e encontre informações sobre os principais serviços oferecidos pelo Tribunal, conforme a Lei nº 13.460/2017. Carta de Serviços

2.6.3 Acesso à informação

O STF assegura o acesso à informação por canais estruturados de atendimento, com fluxo definido de triagem, encaminhamento e resposta ao cidadão. Os resultados de atendimento permitem monitorar volume, perfil das demandas e efetividade das respostas. O serviço de acesso à informação (SIC) tem os seus parâmetros baseados na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12527/2011) e na Resolução nº 528/2014.

302
Pedidos de acesso à informação*

* 7 pedidos em tratamento



Painel Ouvidoria em números

Fonte: Ouvidoria do STF

3. Resultados da Gestão

Neste capítulo, são detalhados os resultados das principais áreas de atuação do STF, começando pelos dados da prestação jurisdicional, que constitui a atividade finalística do Tribunal. Em seguida, são apresentados os resultados das áreas de apoio, como gestão de orçamento e finanças, gestão de pessoas, da saúde e bem-estar, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de tecnologia da informação, além dos resultados do Programa STF + Sustentável.

Os dados apresentados no tópico "Prestação jurisdicional em números" seguem a ordem do percurso que um processo realiza no STF, desde seu recebimento, passando pelas fases de distribuição e julgamento, até sua baixa. Também são incluídas informações sobre o acervo de processos, a sistemática da Repercussão Geral e os julgamentos de especial relevância realizados em 2025.

Entenda as fases da tramitação processual

Recebimento
Consideram-se processos recebidos os ajuizados diretamente no Supremo Tribunal Federal, denominados “originários”, e também aqueles provenientes de outros juízos ou tribunais, denominados “recursais”.

Distribuição
Conforme as competências regimentais de cada um, parte dos processos é registrada à Presidência, parte é distribuída aos Ministros por sorteio ou prevenção.

Julgamento
O julgamento de um processo é marcado pela decisão final, podendo haver mais de uma decisão em cada caso. Essas decisões podem ser tomadas de forma monocrática (por um Ministro) ou colegiada (por uma das Turmas ou pelo Plenário).
Geralmente, as decisões nos Tribunais devem ser colegiadas. No entanto, em circunstâncias específicas, os Ministros podem tomar decisões de forma monocrática, ou seja, sem a necessidade de consulta ao órgão colegiado.
As decisões colegiadas dos Tribunais são conhecidas como acórdãos.

Baixa
O marco final da tramitação é a baixa definitiva do processo ao arquivo do STF ou a outro órgão, juízo ou Tribunal.

Acervo
O acervo processual do Tribunal é composto pelos processos que se encontram em tramitação em determinada data.

Repercussão Geral
O Supremo Tribunal Federal utiliza a sistemática da repercussão geral como um método para selecionar os recursos que serão analisados pelo tribunal. A repercussão geral é reconhecida quando o assunto em questão no recurso é considerado relevante para além das partes envolvidas, impactando a sociedade de maneira geral. Dessa forma, o STF consegue focar em questões mais significativas e evitar a repetição de julgamentos sobre temas semelhantes. Ao reconhecer a repercussão geral, o STF determina a suspensão dos processos relacionados ao tema em todos os tribunais do país, aguardando a decisão final no julgamento de mérito, o que permite que a tese estabelecida seja aplicada pelas instâncias de origem em casos similares.

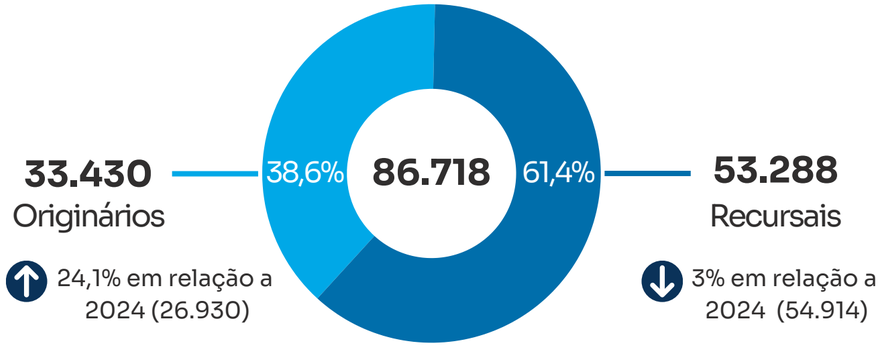
Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.1 Prestação jurisdicional em números

Recebimento

86.718 Processos recebidos em 2025

6% em relação a 2024 (81.844)



24,1% em relação a 2024 (26.930)

3% em relação a 2024 (54.914)

Distribuição

50.449 Processos registrados à Presidência

média de 4.204 processos por mês

46.160 Processos distribuídos aos Ministros

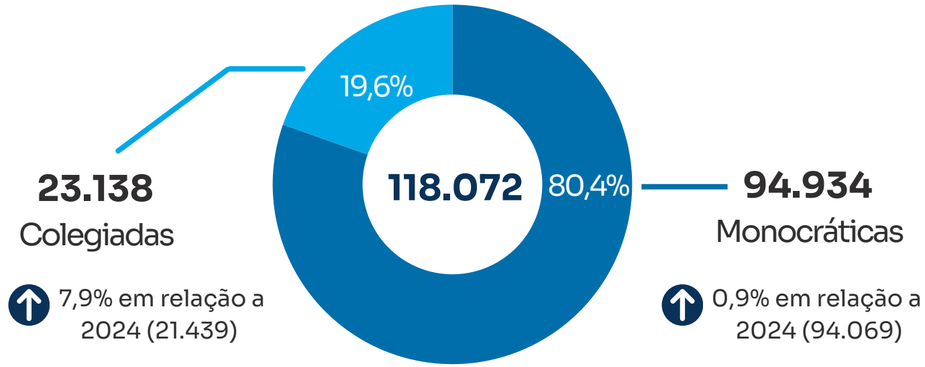
média de 385 processos ao mês por Ministro

Os processos podem ser registrados à Presidência e, posteriormente, distribuído aos Ministros. Nesses casos, serão contabilizados nos dois grupos.

Julgamento

118.072 Decisões

2,2% em relação a 2024 (115.508)
75% decisões finais



7,9% em relação a 2024 (21.439)

0,9% em relação a 2024 (94.069)

Acórdãos publicados 22.642

Tempo médio entre a autuação e a primeira decisão do processo

13 dias em média

13 dias para originários
13 dias para recursais

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

Fonte: Relatório de Atividades STF 2025

3.1 Prestação jurisdicional em números

Sessões de julgamento

135 **Sessões Plenárias**
6.408 processos julgados*

- **75** sessões presencias — **36** ordinárias; **39** extraordinárias
- **42** sessões virtuais
- **16** sessões virtuais extraordinárias
- **2** sessões solenes

* Inclui a análise de admissibilidade de 77 temas de repercussão geral.

146 **Sessões nas Turmas**
16.730 processos julgados

Audiências

381 Audiências

5	64	312
Audiências públicas	Audiências de conciliação em processos cíveis	Audiências de conciliação em processos criminais

6 Acordos cíveis homologados

Baixa de processos

86.399 Processos baixados em 2025

↑ 2,9% em relação a 2024 (83.981)

Produtividade e eficiência

IAD – Índice de atendimento à demanda

99,63% A quantidade de processos baixados em 2025 (86.399) correspondeu a 99,63% do número de novos processos recebidos no período (86.718)

Taxa de congestionamento

19,4% A cada 100 processos que tramitaram em 2025, 19 ficaram pendentes de solução.

Tempo de giro de acervo

3 meses Considerando a razão entre processos pendentes e baixados (tempo de giro do acervo), o estoque atual seria zerado em 3 meses, caso não houvesse ingresso de novos processos.

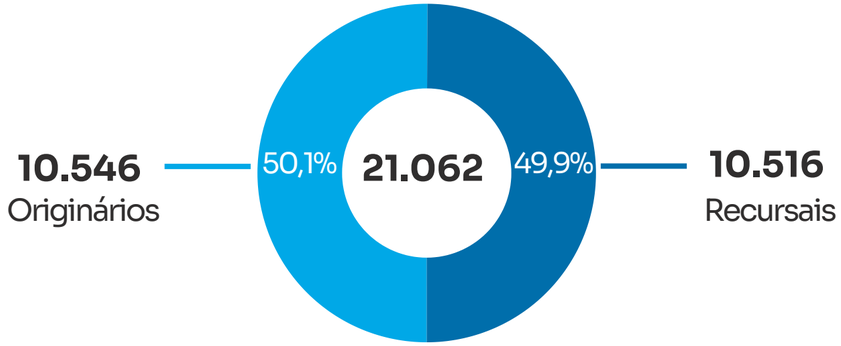
Fonte: Relatório de Atividades STF 2025

3.1 Prestação jurisdicional em números

Acervo

21.062 Processos em tramitação em 31.12.2025

1,5% em relação ao acervo final de 2024 (20.743)



78,2% dos processos em tramitação foram recebidos em 2025

63,2% dos processos com decisão final

Recorribilidade

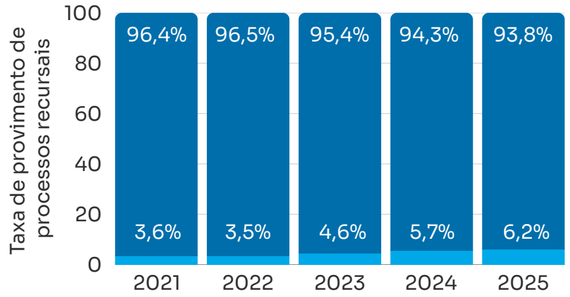
26.523 Recursos interpostos

3,1% em relação a 2024 (25.722)

Taxa de provimento de processos recursais **6,2%**

25,5% RE - recurso extraordinário

2,4% ARE - recurso extraordinário com agravo



Eficiência e racionalização na admissibilidade recursal

Ações coordenadas para qualificar o filtro recursal, reduzir remessas indevidas e fortalecer a cultura de precedentes.

- Redução de 3% no recebimento de processos recursais
- Fortalecimento do diálogo institucional, com uniformização de procedimentos, redução de envios indevidos e maior aderência à sistemática da RG
- Avanço na identificação de temas repetitivos e qualificação do filtro recursal

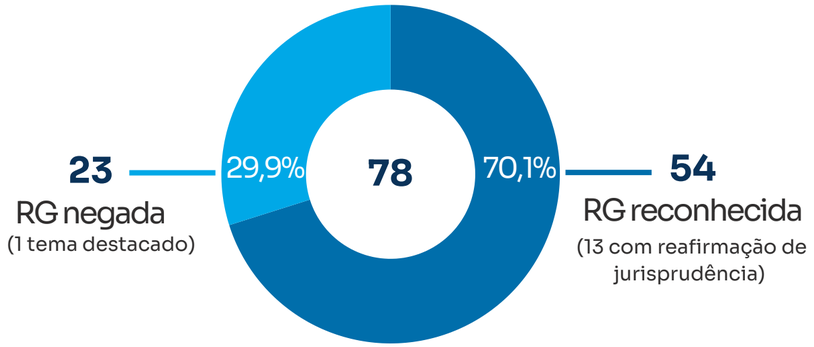
Fonte: Relatório de Atividades STF 2025

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.1 Prestação jurisdicional em números

Repercussão Geral – RG

78 Novos temas de Repercussão Geral*



64% dos novos temas de repercussão geral foram incluídos pela Presidência (49 novos temas)

16% dos novos temas de repercussão geral foram indicados pelas Presidências e Vice-Presidências de tribunais e turmas recursais como representativos da controvérsia (12 novos temas)

Temas de repercussão geral com mérito julgado ↑ 18,1% em relação a 2024 (44)	52
Processos devolvidos aos tribunais e às turmas recursais de origem com fundamento em tema de repercussão geral	15.460
Temas de repercussão geral pendentes de julgamento em 31.12.25	134

* Dois temas tiveram o julgamento iniciado em 2024, mas não constaram do relatório daquele ano

Processos estruturais e complexos

Os processos estruturais tratam de falhas sistêmicas que geram violações contínuas de direitos fundamentais. Nesses casos, a atuação do STF ocorre de forma progressiva e coordenada, com monitoramento permanente e diálogo entre múltiplos órgãos para assegurar a transformação efetiva da realidade.

Resultados alcançados

9 decisões estruturais/complexas com apoio do Núcleo

10 processos em monitoramento

34 audiências e reuniões técnicas

Principais avanços

Sistema prisional: homologação do Plano Pena Justa.

Segurança pública: câmeras corporais de gravação ininterrupta no RJ e determinações estruturais.

Povos indígenas e saúde: plano de reestruturação do SasiSUS homologado e desintrusão concluída em 6 de 8 terras indígenas.

Meio ambiente: apresentação de planos de combate a incêndios/queimadas e integração de sistemas de fiscalização.

Governança orçamentária: reforço de transparência e rastreabilidade na execução de emendas parlamentares.

Fonte: Relatório de Atividades STF 2025

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.2 Julgamentos de especial relevância em 2025

Seleção de julgamentos agrupados pelos valores que o STF entrega à sociedade.

Garantia da supremacia da Constituição Federal

Teto de gastos: imposição de limite de gastos aos Poderes e órgãos autônomos.
ADI 7.641/DF

Receitas próprias do Judiciário para custeio de atividades específicas não se submetem ao limite do novo arcabouço fiscal.

Prazo para ajuizamento de ação rescisória nos casos de decisão superveniente do STF que declara a inconstitucionalidade de norma
AR 2.876 QO/DF

Sem definição específica, a ação rescisória deve ser proposta em até 2 anos, com retroação máxima de 5 anos.

Código Tributário estadual: matérias disciplinadas por decreto autônomo do chefe do Poder Executivo
ADI 5.699/AP

O STF declarou inconstitucional a autorização, por decreto, de benefícios tributários reservados à lei e modulou efeitos para preservar atos já concedidos.

Estatuto do Desarmamento e regulamentação mediante decreto presidencial: restrição ao acesso de armas e munição
ADC 85/DF

É constitucional a regulamentação do Estatuto do Desarmamento pelos Decretos nº 11.366/2023 e nº 11.615/2023.

Segurança jurídica

Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas de prestadora de serviços: ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações
RE 1.298.647/SP (Tema 1.118 RG)

A Corte fixou que a Administração Pública só responde subsidiariamente quando houver prova de negligência e nexo causal.

Constitucionalidade dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II
ADPF 165/DF

O STF declarou constitucionais os planos, reafirmou o acordo coletivo dos expurgos e fixou prazo de 24 meses para novas adesões.

Impossibilidade de o segurado do INSS optar pela regra mais favorável para o cálculo de seu benefício previdenciário e superação da tese da "revisão da vida toda"
RE 1.276.977 ED/DF (Tema 1.102 RG)

O segurado enquadrado na regra de transição da Lei nº 9.876/1999 não pode escolher a forma de cálculo mais vantajosa do benefício.

Tráfico privilegiado e concessão de indulto
RE 1.542.482/SP (Tema 1.400 RG)

É constitucional a concessão de indulto a condenado por tráfico privilegiado, uma vez que o crime não tem natureza hedionda.

Proteção dos direitos fundamentais

Aplicabilidade da Lei Maria da Penha às relações afetivo-familiares de casais homoafetivos do sexo masculino, travestis e transexuais
MI 7.452/DF

O STF reconheceu, diante de omissão legislativa, a aplicação analógica da Lei Maria da Penha para ampliar a proteção em casos de violência doméstica e intrafamiliar.

Revista íntima de visitante para ingresso em estabelecimento prisional
ARE 959.620/RS (Tema 998 RG)

O Supremo fixou parâmetros para proteção da dignidade e da intimidade de visitantes no controle de acesso prisional.

Plano de redução da letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro
ADPF 635/RJ

A Corte homologou parcialmente o plano de redução da letalidade policial no Rio de Janeiro e determinou medidas complementares.

Planos de saúde: hipóteses excepcionais de cobertura fora do rol estabelecido pela ANS
ADI 7.265/DF

O STF definiu critérios para cobertura excepcional de tratamentos não previstos no rol da ANS.

Integridade do Estado Democrático de Direito

"Trama golpista": julgamento do Núcleo 1 (instigadores e autores intelectuais dos atos antidemocráticos)
AP 2.668/DF

O STF consolidou os marcos penais dos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado.

Responsabilidade civil das plataformas digitais
RE 1.037.396/SP (Tema 987 RG), e **RE 1.057.258/MG (Tema 533 RG)**

Inconstitucionalidade parcial do art. 19 do MCI e fixou parâmetros de responsabilização das plataformas por conteúdos ilícitos que ameaçam direitos e o debate democrático.

Emissão de parecer prévio como condição para a Assembleia Legislativa apreciar as contas prestadas pelo governador
ADPF 434/AL

A ausência de parecer prévio do Tribunal de Contas não impede o julgamento das contas do governador pela Assembleia Legislativa.

Convenção de Haia de 1980: aspectos civis da subtração internacional de crianças e compatibilidade com a Constituição Federal de 1988
ADI 4.245/DF e ADI 7.686/DF

A Convenção de Haia é compatível com a Constituição, possui status supralegal e deve ser aplicada à luz do princípio do melhor interesse da criança.

Saiba mais

Fonte: Relatório de Atividades STF 2025

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.3 Dados dos processos do 8 de janeiro

Panorama de ações, condenações, acordos e responsabilizações relacionados aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Ações no STF

1734 ações penais

- 619 por crimes graves
- 1.115 por crimes menos graves

Condenações

810 condenações

- 395 por crimes graves
- 415 por crimes menos graves
- 14 absolvições

Acordos

564 acordos de não persecução penal homologados

+ de R$ 3 milhões ressarcidos aos cofres públicos para reparação dos danos materiais

Processos pendentes

444 processos pendentes

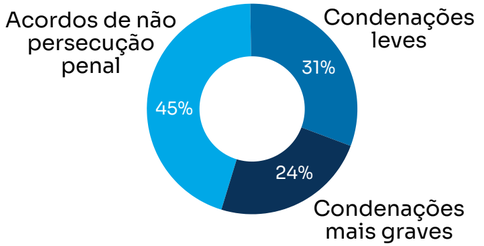
- 346 ações penais em fase final de instrução
- 98 denúncias oferecidas
- 21 sessões de julgamento realizadas

Núcleo central

4 ações penais analisadas **31** réus

- 25 condenações integrais
- 2 condenações parciais
- 2 declassificação para crimes menos graves
- 2 absolvições

Responsabilizações



STF lança hotsite para preservar a memória dos ataques de 8 de janeiro

No marco de dois anos dos ataques de 8 de janeiro, o STF lançou um hotsite para preservar a memória dos fatos ocorridos na Praça dos Três Poderes em 2023. A página reúne fotos, áudios e textos que reconstituem a depredação da sede do Tribunal e apresenta, em ordem cronológica, os acontecimentos do dia e as primeiras providências adotadas pela Corte.

8 de janeiro



Fonte: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/1a-turma-faz-balanco-dos-julgamentos-sobre-atos-antidemocraticos/

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.4 Gestão orçamentária e financeira

Em 2025, o STF gerenciou R$ 1,033 bilhão de dotação para despesas primárias, com execução orçamentária elevada e efetividade do planejamento.

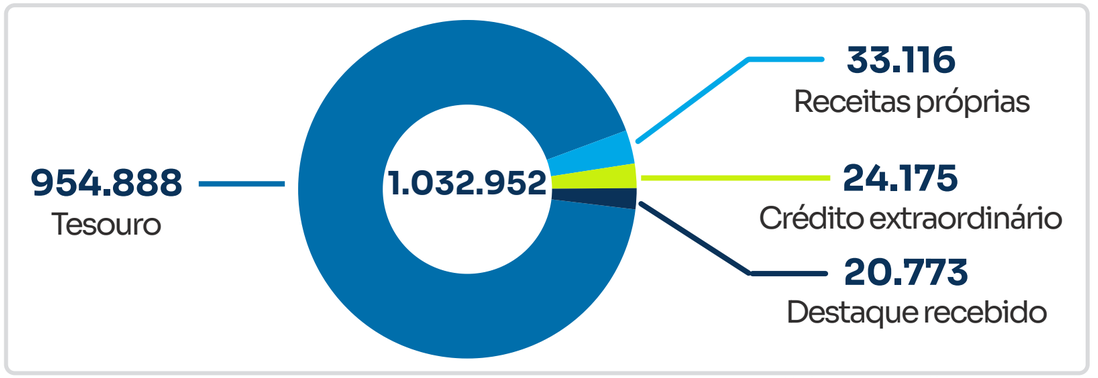
R$ 1,033 bilhão
Dotação primária

R$ 1,026 bilhão
Total executado (empenhado)

99,9%
Execução das despesas primárias

3.4.1 Receitas

O STF mantém sua base orçamentária dependente de recursos do Tesouro Nacional, contudo, o exercício de 2025 estabeleceu novo marco com maior diversificação de fontes. Com isso, o Tribunal passou a utilizar receitas próprias, decorrentes da Decisão da ADI nº 7641, recebeu crédito extraordinário destinado ao custeio de necessidades urgentes de segurança, bem como créditos voltados ao financiamento de despesas de alcance institucional do Poder Judiciário, como as da Rádio e TV Justiça.



Valores em milhares de reais

Receitas próprias
O julgamento da ADI nº 7641 consolidou que receitas próprias vinculadas às atividades específicas do Judiciário da União não se submetem ao novo arcabouço fiscal, ampliando, na prática, a disponibilidade orçamentária do Tribunal.

Crédito extraordinário
Para reforço da segurança institucional, com aquisição de equipamentos e materiais para proteção de ministros, servidores e colaboradores.

Destaque recebido
De órgãos do Poder Judiciário da União em razão do compartilhamento dos custos da Rádio e TV Justiça.

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

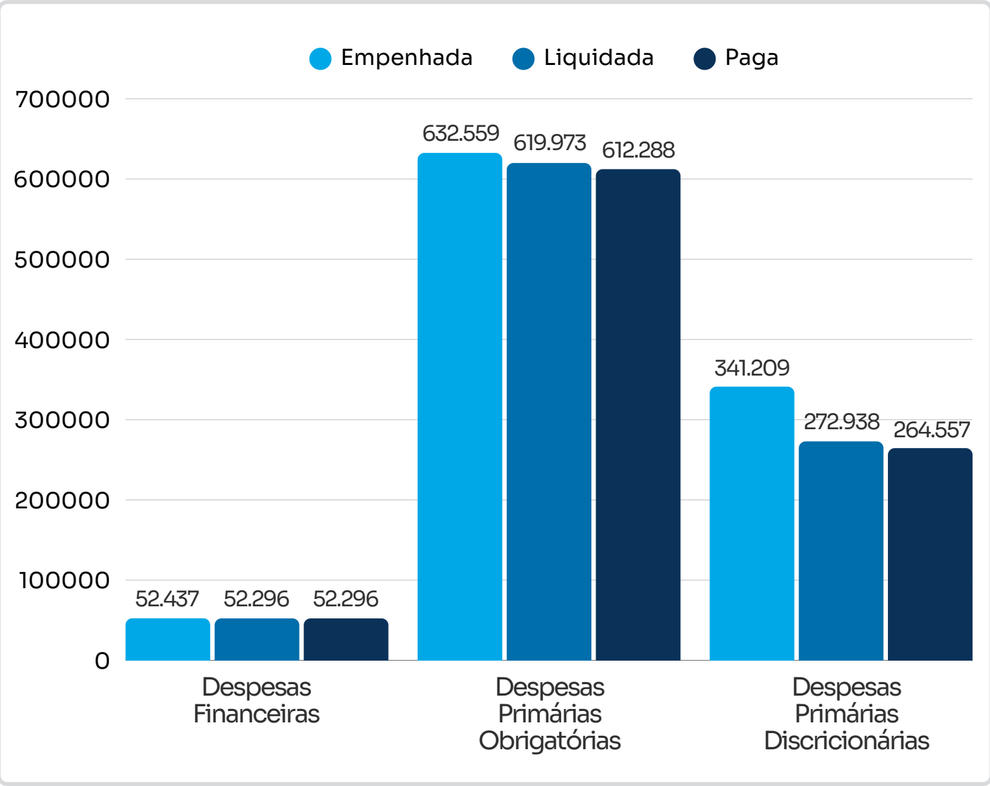
3.4.2 Despesas

Em 2025, o STF manteve alto nível de execução orçamentária, com execução praticamente integral das despesas primárias obrigatórias e maior diferença entre estágios nas discricionárias, compatível com contratos continuados, prazos de entrega e etapas de fiscalização.

Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga
1.032.952	1.026.206	945.207	929.141

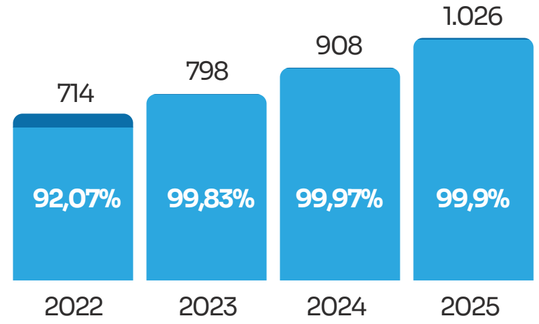
Valores em milhares de reais

Execução por resultado fiscal e estágios de despesa



Valores em milhares de reais

Evolução do orçamento e evolução da execução



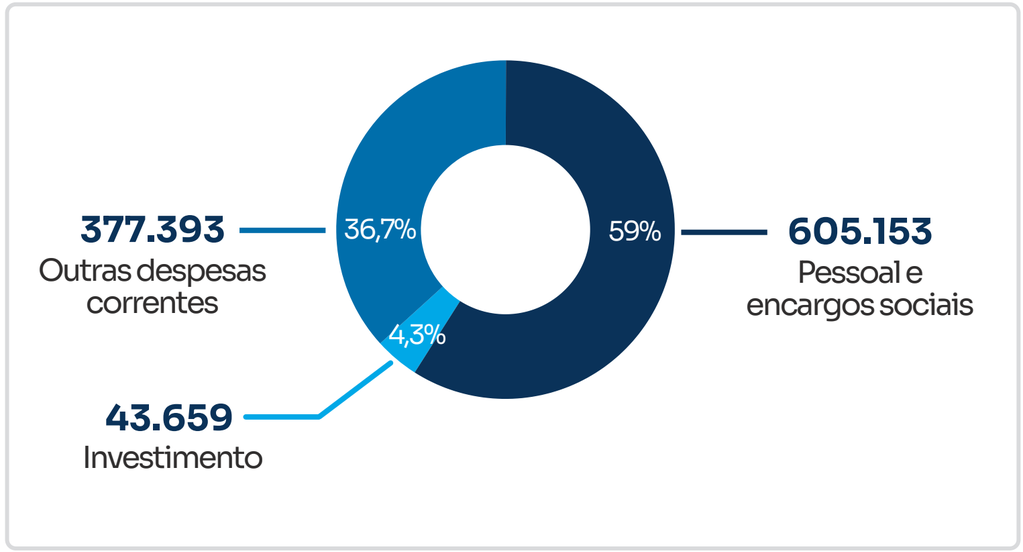
Dotação (em milhões de reais) e percentual de execução nos últimos 4 anos

Em 2025, o STF teve execução orçamentária praticamente integral nas despesas primárias obrigatórias e discricionárias, com forte aderência ao planejamento. O financiamento foi majoritariamente do Tesouro, com complemento de receitas próprias, crédito extraordinário e destaques recebidos. Nas discricionárias, a diferença entre empenho, liquidação e pagamento decorre de contratos continuados, prazos de entrega e etapas de fiscalização, em comportamento esperado dos estágios da despesa. O resultado confirma efetividade máxima da gestão orçamentária e cumprimento do limite fiscal aplicável ao Tribunal no exercício.

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

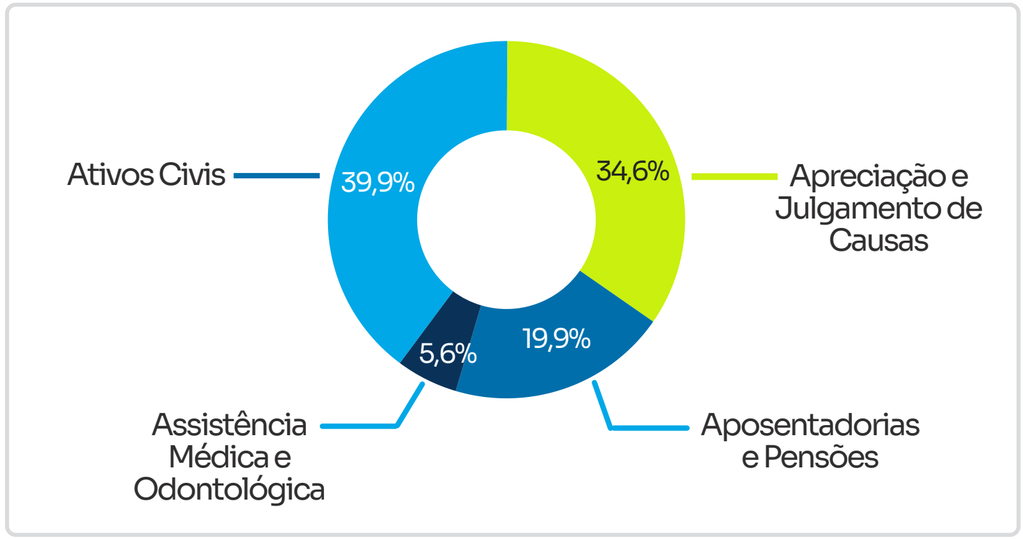
Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

Distribuição por natureza de despesa



Valores em milhares de reais

Distribuição por ações orçamentárias



Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

3.4.3 Informações contábeis

As demonstrações contábeis de 2025 refletem melhora da posição financeira e patrimonial do STF, com aumento da liquidez, reversão do resultado patrimonial negativo e avanço na qualidade dos registros contábeis, especialmente no reconhecimento de ativos e na revisão do imobilizado.

R$ 232,7 milhões
Disponibilidade líquida de caixa
↑ 29,47% em relação a 2024

Superávit de R$ 74,5 milhões
Resultado patrimonial

Situação financeira e patrimonial

Disponibilidade líquida de caixa
R$ 232,7 milhões em 2025, ante R$ 179,7 milhões em 2024 (+R$ 52,9 milhões | +29,47%).

Resultado patrimonial
Superávit de R$ 74,5 milhões em 2025, revertendo déficit de R$ 72,7 milhões em 2024. O resultado foi influenciado por transferências e delegações recebidas e por registros contábeis ligados a precatórios (valores de trânsito contábil, sem relação direta com receitas ou despesas próprias).

Principais ajustes contábeis de 2025

- capitalização de R$ 50 milhões no ativo de longo prazo (Museu do STF), ajuste realizado a partir de recomendação da Auditoria Interna;
- baixa de R$ 9,7 milhões em instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, com base em avaliações técnicas e revisão do ativo imobilizado.

Não houve apontamentos relevantes do TCU no exercício.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.4.4 Sustentabilidade financeira

Em 2025, o STF manteve equilíbrio financeiro, orçamentário e patrimonial, com disciplina fiscal e diversificação de fontes, fortalecendo a capacidade de assegurar a continuidade das atividades institucionais no longo prazo, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal e da boa governança.

- Disponibilidade líquida de caixa: R$ 232,7 milhões (+29,47% vs. 2024)
- Execução orçamentária em patamar máximo, especialmente nas despesas primárias
- Cumprimento dos limites da LC 200/2023
- Uso responsável de receitas próprias vinculadas (ADI 7641)
- Diversificação de fontes: receitas próprias, crédito extraordinário e destaques recebidos

3.4.5 Conformidade legal

A conformidade da gestão orçamentária e financeira foi assegurada por monitoramento contínuo da execução e controle dos limites fiscais.

- Revisão sistemática do cronograma de execução
- Supervisão das despesas no Relatório de Gestão Fiscal e nos instrumentos de controle
- Transparência ativa: informações disponíveis no Portal da Transparência

3.4.6 Desafios

Manter, em 2026 e nos exercícios seguintes, o desempenho alcançado em 2025, com sustentabilidade financeira consistente, liquidez adequada, equilíbrio orçamentário e patrimonial, respeito aos limites fiscais e gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, com atuação prospectiva diante dos cenários macroeconômicos, além de consolidar o modelo de financiamento das despesas da Rádio e TV Justiça.

3.4.7 Informações complementares

Informações complementares mais detalhadas como Demonstrações Contábeis e Relatórios de Gestão Fiscal podem ser encontrados no Portal da Transparência.

Em 2025, os painéis do Portal da Transparência foram revisados e ampliados e novos painéis foram incorporados para qualificar o acompanhamento da execução de recursos e despesas. As melhorias seguiram diretrizes de clareza e usabilidade, com linguagem simples, explicitação de siglas, organização mais compreensível das informações, ano corrente como padrão de abertura e inclusão de data de atualização e opções de *download*, em alinhamento ao modelo adotado nos painéis do Corte Aberta.

Consulte os painéis e relatórios atualizados para acompanhamento detalhado da execução orçamentária, financeira e fiscal do Tribunal. Clique nos botões para acessar:

- Receitas Recebidas
- Execução orçamentária e financeira
- Precatórios
- Limitação de empenho
- Repasses e transferências de recursos
- Suprimento de fundos
- Restos a pagar
- Ordem Cronológica de Pagamento
- Limite de Gastos
- Dados diários de despesas
- Recursos do Tesouro
- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
- Relatórios de Gestão Fiscal
- Estágios da Execução da Despesa

Acesse aqui o Portal de Transparência e Prestação de Contas

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

3.5 Gestão de pessoas, da saúde e bem-estar

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

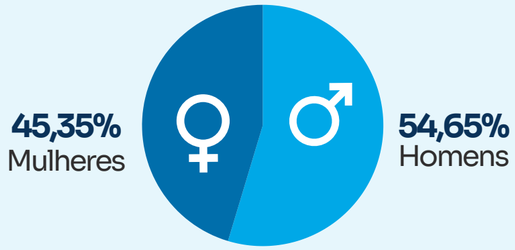
1.172

11	38	1.030	92	49	1
Ministros*	Juízes designados	Servidores efetivos	Cedidos ao STF	Sem vínculo efetivo	Exercício provisório

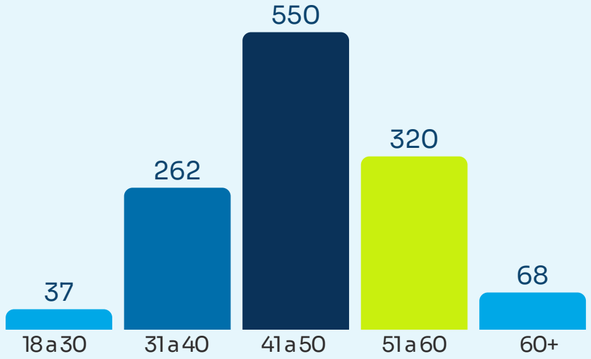
*Em 31/12/2025 havia uma vaga de ministro não ocupada em razão da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Perfil demográfico

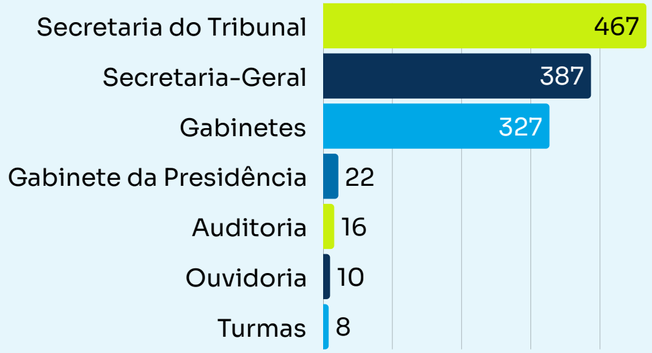
Distribuição por gênero



Distribuição por faixa etária



Onde o trabalho se concentra



Cargos e funções

263 **Cargos em comissão**
54,37% ocupadas por servidores efetivos

629 **Funções comissionadas**
96,50% ocupadas por servidores efetivos

Em 2025, foram criadas 160 funções de confiança para os gabinetes (Lei nº 15.253/2025) e o remanejamento das funções anteriores reforçou o orçamento de outras unidades.

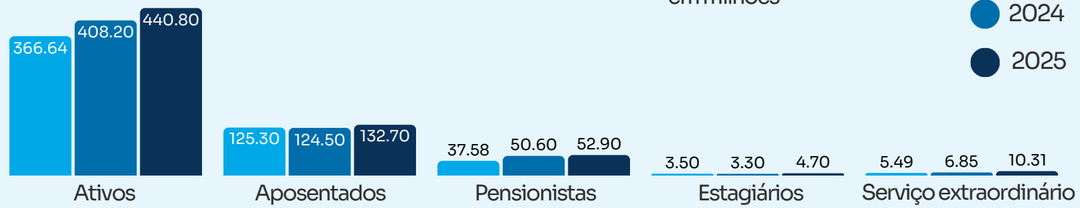
Estágio e pessoal de apoio

273 **Estagiários**
243 Nível Superior | **30** Nível médio

1.164 **Terceirizados**

Despesa de pessoal

em milhões



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.5.1 Gestão de pessoas

Em 2025, a gestão de pessoas combinou desenvolvimento de competências, controles de conformidade, recomposição da força de trabalho e agenda de melhoria contínua, com capacitação orientada por evidências e prioridades institucionais. Esse direcionamento ampliou o alcance das ações formativas e fortaleceu a integração entre desenvolvimento de pessoas e eficiência organizacional.

Capacitação

161 bolsas concedidas para pós-graduação (lato sensu, mestrado e doutorado)

R$ 2.301.522
Total investido

277 ações de capacitação com **3978** participantes

R$ 2.593.878
Total investido

Diagnóstico de demandas de capacitação
baseado em 5 fontes de dados:

- Metas estratégicas
- Diretrizes da gestão
- Determinações da Auditoria e do TCU
- Pesquisa contínua de temas
- Demandas das unidades

Conformidade da folha de pagamento

- Regras parametrizadas no sistema de folha de pagamento
- Travas automáticas de vigência e compatibilidade de rubricas
- Validações por tipo de vínculo
- Integração ao eSocial
- Monitoramento contínuo
- Revisões pós-pagamento com foco em exceções e variações relevantes

Estratégia de recrutamento e alocação

Sem concurso vigente ou em andamento, o provimento ocorreu por **aproveitamento de aprovados de outros órgãos** do Poder Judiciário da União. A alocação observou a especialidade do cargo, o perfil profissional e a aderência às vagas.

79 servidores em abono de permanência, com potencial de desligamento a qualquer tempo

LOA 2026 prevê reposição de 50 cargos de Técnico e 5 de Analista Judiciário

Evolução da despesa de pessoal

O aumento das despesas com pessoal no período decorre de:

- Reajustes da Lei nº 14.523/2023 (6% em 2023, 6% em 2024 e 6,13% em 2025).
- Crescimento vegetativo da despesa com ativos (provimentos, progressões e promoções).
- Criação de funções comissionadas e cargos pela Lei nº 15.253/2025.
- Maior demanda por serviço extraordinário nas unidades.
- Reajuste de 56% nas bolsas de estágio, para valorização dos estudantes.

Desafios e perspectivas

- Necessidade de planejamento sucessório devido ao risco iminente de aposentadorias.
- Superar a resistência de unidades para facilitar a movimentação de servidores.
- Fortalecer a equipe para atuação em temas como saúde mental, neurodiversidade e prevenção ao assédio.
- Continuar iniciativas de automação e integração de sistemas.

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

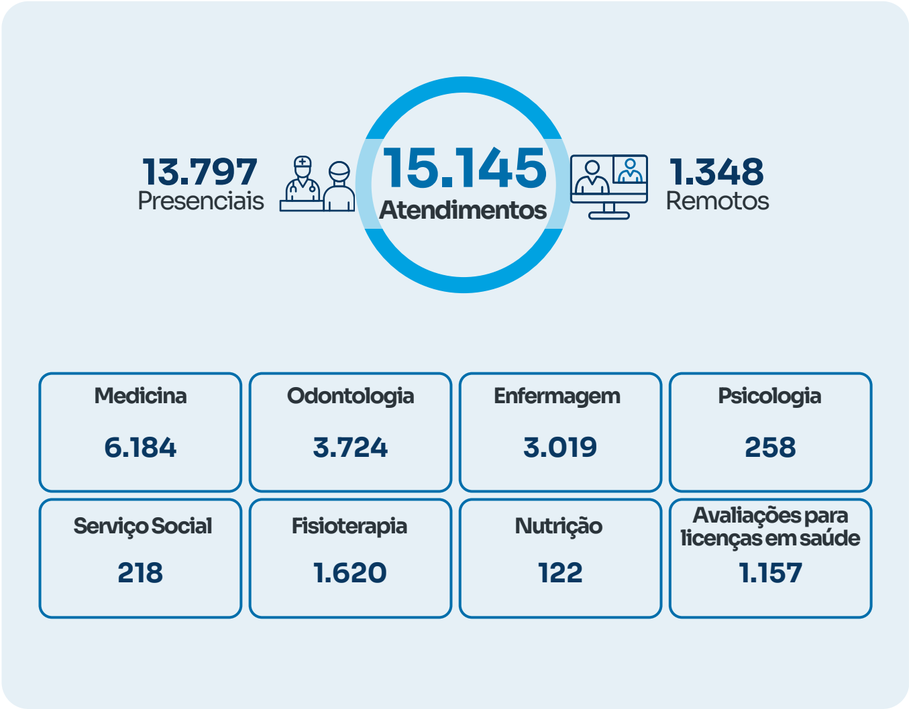
Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.5.2 Saúde

Com foco na promoção do bem-estar e na preservação da saúde física e mental de seus trabalhadores, o STF desenvolve uma política institucional de cuidado baseada em avaliação contínua, prevenção e qualidade de vida, com atuação da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) e do Plano de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais do STF (STF-Med), disponível para adesão dos servidores. Essa política está alinhada ao Objetivo Estratégico 5 — promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores — e contribui para reduzir riscos à saúde, fortalecer o engajamento e consolidar um ambiente de trabalho mais colaborativo, produtivo e sustentável.

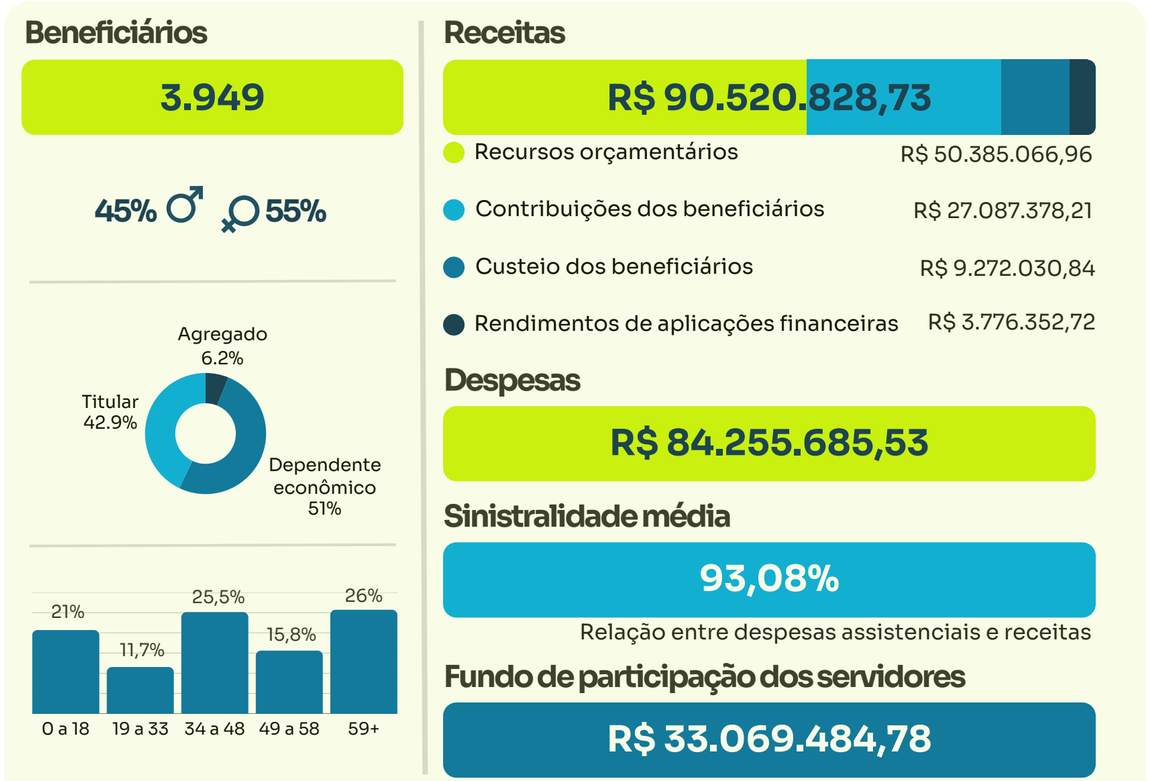
Atendimentos realizados em 2025

Em 2025, a SIS prestou atendimento a ministros, servidores, dependentes e pensionistas, com serviços ambulatoriais de medicina, fisioterapia, atenção materno-infantil, nutrição, odontologia, psicologia, enfermagem e serviço social, além de ações de saúde ocupacional, medicina do trabalho, prevenção de doenças e promoção da saúde.



STF-Med

O STF-Med, por sua vez, é uma autogestão pública voltada a assegurar assistência à saúde dos beneficiários, abrangendo ações de prevenção, recuperação e promoção da saúde e da qualidade de vida, nos termos das normas específicas.



Fonte: Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e Secretaria de Gestão de Pessoas

3.5.3 Programas de bem-estar, saúde e qualidade de vida

Programa de Qualidade de Vida do STF, composto por ações voltadas à promoção da saúde e do bem-estar, com foco na valorização das pessoas, na humanização do ambiente de trabalho e no incentivo a estilos de vida saudáveis.

Desde 2018, o programa atua com base na Psicologia Positiva, estruturando suas iniciativas em quatro dimensões de bem-estar: ocupacional, físico e psicológico, interpessoal e financeiro.

Principais ações de 2025:

Ativando a Inteligência do Coração
30 encontros de práticas semanais, com 140 participações.

Técnicas preventivas de segurança para mulheres
Evento realizado em alusão ao Dia Internacional da Mulher com a presença do Ministro Luiz Fux.

Campanha Viva bem os seus Talentos
Integrante das comemorações do Dia do Servidor, voltada à valorização da conexão entre talentos e felicidade.

Doação de sangue
Foram 4 campanhas de doação de sangue, em parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), com a participação de 30 doadores.

Outros programas de saúde

Prevenção e monitoramento

308 Participantes da Avaliação Periódica
Número de servidores que concluíram o Programa Avaliação Periódica em Saúde.

423 Atendimentos no Sorria STF
Total de consultas realizadas pelo programa de saúde bucal.

57,4% Participação na vacinação
Percentual de participação dos servidores na campanha de vacinação com a gripe.

12 Participantes do Desafio 2025
Programa para tratamento e prevenção da obesidade.

Saúde mental e longevidade

5 Ações do Programa PSIu
Programa de Atenção à Saúde Mental (PSIu).

4 Eventos sobre longevidade
Projeto Longevidade Saudável.

36 Encontros de meditação
Práticas virtuais de meditação.

Atividade física e movimento

9.065 Aulas de ginástica laboral
Com 17.977 participações ao longo do ano.

458 Aulas do STF em Movimento
Prática Supervisionada de Atividade Física.

Cuidado e inclusão

25 Bebês atendidos no Berçário
Com 100% de satisfação de pais e mães.

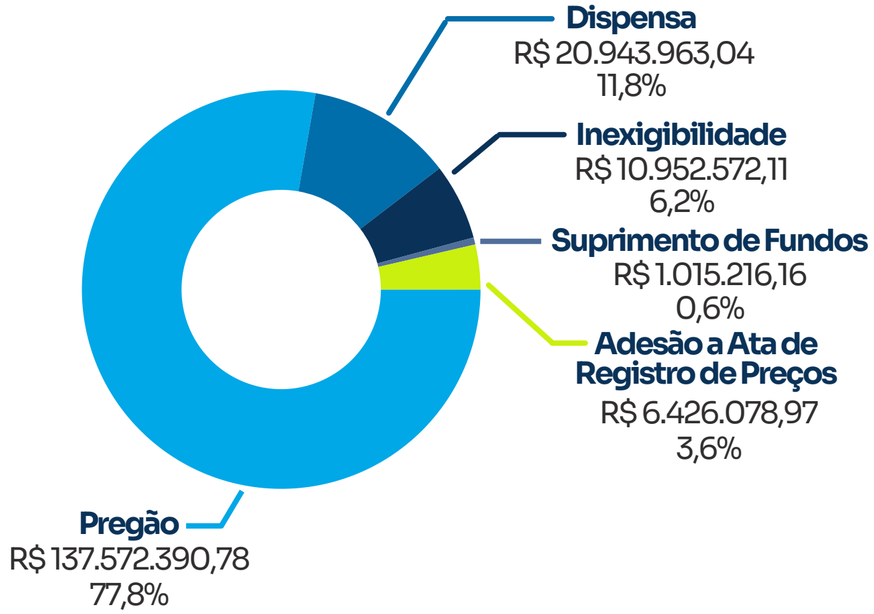
24 Pessoas acompanhadas no PAMIS
Programa de Atenção Multiprofissional e Integrada à Saúde (PAMIS)

Fonte: Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e Secretaria de Gestão de Pessoas

3.6 Gestão de licitações e contratos

3.6.1 Contratações de 2025

Contratações por modalidade



Instrumentos firmados

Contratos	94
Ata de Registro de Preços	42
Acordos de cooperação técnica	10
Termos de execução descentralizada	5
Termos de compromisso	6
Termos de cessão de direitos	4
Termos de permissão de uso	2
Termos de adesão	1
Outros	6

Contratações diretas

18% Participação no total contratado

11,8% Dispensa

6,2% Inexigibilidade

Principais justificativas:

Emergência e segurança institucional: aquisição de equipamentos em caráter emergencial, com crédito extraordinário

Capacitação: contratação de cursos de com vistas ao aperfeiçoamento profissional dos servidores.

Apoio à prestação jurisdicional: contratação de acesso a base de dados internacional de informações doutrinárias e jurisprudenciais.

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

3.6.2 Contratos firmados em 2025

Unidades com os maiores valores contratados em 2025

Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial	R$ 120.261.896,15
Secretaria de Polícia Judicial	R$ 19.789.476,73
Secretaria de Tecnologia e Inovação	R$ 18.748.241,61
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação	R$ 6.715.262,18
Secretaria de Comunicação Social	R$ 2.399.214,31
Assessoria de Cerimonial	R$ 1.593.206,44
Secretaria de Gestão de Pessoas	R$ 1.390.392,56
Secretaria de Relações com a Sociedade	R$ 924.282,52
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações	R$ 532.860,00
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	R$ 397.918,65

3.6.3 Conformidade legal

As principais normas utilizadas são a Instrução Normativa nº 317/2025, que dispõe sobre diretrizes e regras gerais para o processo de contratação do STF, a Resolução nº 868/2025, que estabelece a Política de Governança das Contratações, e a Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Para fortalecer os mecanismos de controle e prevenção de irregularidades, iniciou-se a implantação de sistema para elaboração de artefatos de contratação com auxílio de inteligência artificial. Nesse contexto, está em curso a atualização dos modelos de Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), editais, atas de registro de preços e contratos. O trabalho também contempla a revisão estrutural desses instrumentos, com foco em uniformidade, segurança jurídica e aderência às diretrizes normativas aplicáveis. Como resultado, está sendo consolidado o processo de padronização dos artefatos de contratação, com ganhos de conformidade normativa e eficiência na elaboração dos documentos.

3.6.4 Governança das contratações

Em 2025, o STF instituiu a Política de Governança das Contratações com a publicação da Resolução nº 868/2025, integrada ao Sistema de Governança Organizacional, com diretrizes e funções para avaliar, direcionar e monitorar o macroprocesso de contratação. A política fortalece o alinhamento das contratações às prioridades institucionais, a gestão de riscos e controles internos, a padronização e simplificação de procedimentos, a gestão por competências e a adoção de práticas de integridade, sustentabilidade e diálogo com o mercado, estruturando a atuação conforme o modelo das três linhas e com apoio do Comitê de Governança Organizacional no estabelecimento de prioridades e no monitoramento do desempenho.

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.6.5 Contratações mais relevantes de 2025

Segurança institucional

R$ 24.096.838,92

Aquisição de equipamentos e contratação de serviços para modernização e reforço da segurança

Objetivo estratégico 6 - Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF.

Justificativa: Modernizar e fortalecer a infraestrutura de segurança institucional, ampliando a prevenção, detecção e resposta a ameaças e elevando a proteção de pessoas, informações e instalações.

Área demandante: Secretaria de Polícia Judicial | Áreas favorecidas: todas

Sustentabilidade

R$ 69.800,00
Valor anual

Contratação de serviços de gestão de resíduos sólidos e controle/gestão de emissão de gases de efeito estufa (GEE)

Objetivo estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional

Justificativa: Atende ao Programa STF +Sustentável (Res. nº 825/2024) e à Política de Sustentabilidade (Res. nº 826/2024), com foco em reduzir impactos ambientais e compensar emissões de GEE.

Área demandante: Secretaria de Relações com a Sociedade | Áreas favorecidas: todas

Inclusão social

R$ 8.889.372,24
Valor anual

Contratação de instituição para prestação contínua de serviços técnicos por pessoas com deficiência

Objetivo estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional

Justificativa: Promover a integração de pessoas com deficiência às atividades e ao público do STF, além de incentivar outros entes públicos e privados a promoverem a inclusão de pessoas com deficiência.

Área demandante: Secretaria de Relações com a Sociedade | Áreas favorecidas: todas

Gestão de serviços diversos

R$ 116.899.861,90
Valor anual

Contratação de empresa para gestão integrada de *facilities*, incluindo manutenção predial, eventos, limpeza e conservação, segurança patrimonial, logística e serviços técnicos.

Objetivo estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional

Justificativa: Promover bem-estar nos ambientes corporativos e modernizar a gestão integrada dos serviços, com visão unificada de processos para melhor gerir recursos e ativos e reduzir custos operacionais.

Área demandante: Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial | Áreas favorecidas: todas

Transformação digital e infraestrutura de TI

R$ 8.026.852,60

Aquisição de equipamentos para modernização da rede de transmissão de dados

R$3.432.624,00

Aquisição de servidores de rede de alta performance

Objetivo estratégico 2: Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional

Justificativa: Viabilizar a expansão da Inteligência Artificial no Tribunal ao fornecer capacidade computacional para processar grandes volumes de dados simultaneamente, com impacto direto na celeridade processual.

Área demandante: Secretaria de Tecnologia e Inovação | Áreas favorecidas: gabinetes e unidades da área fim.

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

3.6.6 Contratação integrada de *facilities*

Em 2025, o Supremo Tribunal Federal promoveu relevante avanço na gestão de seus serviços prediais e de apoio administrativo com a contratação integrada de *facilities*, formalizada pelo Contrato nº 90/2025. A iniciativa consolidou, em um único instrumento, diversos serviços continuados e sob demanda anteriormente executados por contratos distintos, proporcionando maior racionalização administrativa e eficiência operacional.

A contratação de *Facilities* tem como benefício esperado central a entrega de uma solução integrada, mais eficiente, mais previsível e mais segura, tanto sob o ponto de vista administrativo e gerencial, quanto sob a ótica da economicidade.

Administrativo e gerencial

- Racionalização da estrutura contratual.
- Simplificação do relacionamento contratual.
- Padronização de métodos, procedimentos e rotinas
- Aumento da eficiência operacional.
- Redução de riscos operacionais e trabalhistas.
- Fortalecimento da governança e da rastreabilidade.

Economicidade

- Redução de custos de transação administrativa.
- Ganhos de escala e sinergia operacional.
- Diminuição de sobreposições de estruturas e contratos.
- Maior previsibilidade orçamentária.
- Menor exposição a riscos de descontinuidade e conflitos de interface contratual.

3.6.7 Ações futuras

- Finalizar a implantação e integração de sistemas de apoio à gestão de licitações e contratos.
- Adequar a gestão contratual ao modelo de *facilities*.

3.6.8 Sustentabilidade

Os critérios de sustentabilidade adotados nas contratações e aquisições do STF seguem o estabelecido na Política de Sustentabilidade, no âmbito do Programa STF+ Sustentável, Resolução nº 826/2024 e na Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos administrativos.
Os aspectos de inclusão social nos contratos seguem a Instrução Normativa nº 317/2025, que estabelece diretrizes e regras gerais para o processo de contratação do STF.

3.6.9 Informações complementares

Informações complementares mais detalhadas como Painel de Contratos e documentos de licitações podem ser encontrados no Portal da Transparência.

Consulte os painéis e relatórios atualizados para acompanhamento detalhado das contratações do Tribunal. Clique nos botões para acessar:

Licitações | Dispensa e inexigibilidade | Painel de Contratos | Plano de Contratações Anual

Acesse aqui o Portal de Transparência e Prestação de Contas

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.7 Gestão patrimonial e infraestrutura

3.7.1 Investimentos de capital

R$ 14.749.308,58

Total aplicado em modernização da infraestrutura, segurança, acessibilidade, sustentabilidade e atualização tecnológica, com ganhos de eficiência, melhoria de condições de uso dos espaços e preservação do patrimônio arquitetônico do STF.

Resultados

- Maior segurança de pessoas e patrimônio.
- Aumento da confiabilidade operacional de sistemas críticos.
- Incremento da acessibilidade universal.
- Melhoria do conforto ambiental.
- Fortalecimento da sustentabilidade e da eficiência energética.
- Redução de custos operacionais e de manutenção.
- Maior eficiência no uso dos espaços físicos.
- Extensão da vida útil de equipamentos de energia ininterrupta com custo inferior à substituição.
- Contribuição aos objetivos estratégicos: sustentabilidade e acessibilidade na gestão, valorização e saúde dos servidores, e segurança de pessoas e patrimônio.

3.7.2 Principais obras concluídas

Berçário
Ampliação da área interna do Berçário do STF

Espaço do Servidor
Criação de área de *coworking*, salas de reunião e capacitação

Inclusão
Construção de banheiro para ostomizados

Acessibilidade
Inclusão de banheiro para pessoas com deficiência nas Turmas

Segurança contra incêndio
Adequação dos sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio - Anexo I

Energia solar
Implantação de Usina Fotovoltaica na cobertura do Edifício Anexo II

Modernização das instalações
Da sala de audiência e conciliação e das unidades STI, SEJ e SPR

Climatização
Modernização das condensadoras de ar-condicionado VRF dos Edifícios Sede e Anexo I

3.7.3 Desfazimento de ativos

4.020
Bens doados

R$ 1.505.973,66
Valor total

Liberação de espaço físico em depósitos

Destinação útil para itens inservíveis ao Tribunal

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

Fonte: Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial

3.7.4 Locações



Fachada do STF no Outubro Rosa

Contrato nº 92/2024: locação de iluminação dinâmica da fachada do edifício-sede do STF, em substituição ao sistema obsoleto, para apoiar campanhas de conscientização e atender necessidades funcionais, como solução temporária até aprovação do projeto pelo IPHAN e implantação do sistema definitivo.

3.7.5 Conformidade legal

Normativos internos

Atuação orientada por normas internas que disciplinam a gestão patrimonial, a frota, o almoxarifado, os imóveis funcionais e os serviços de apoio.

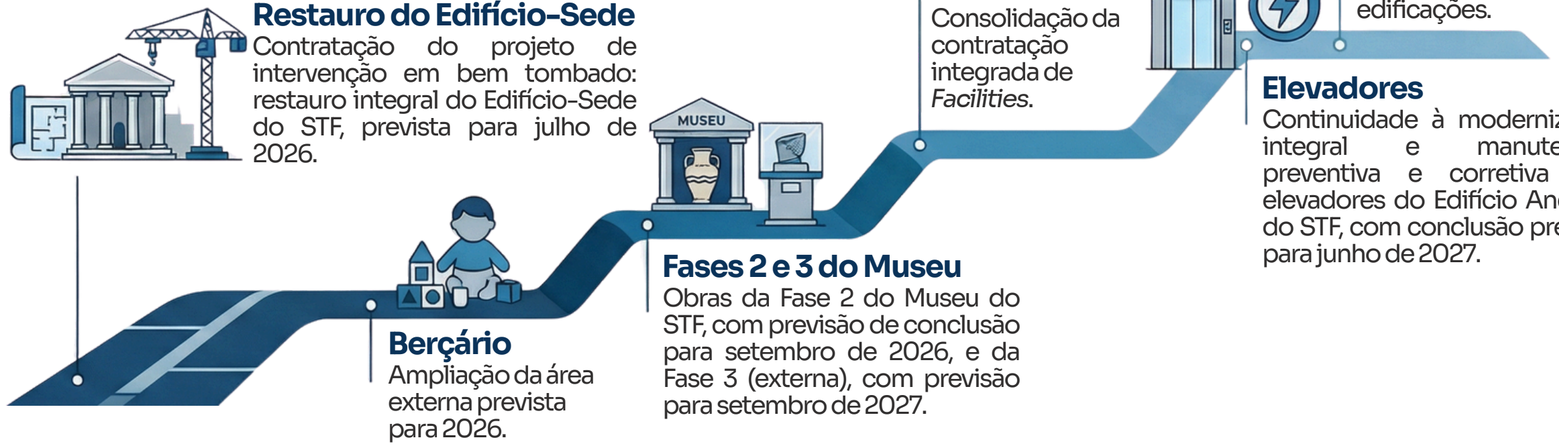
Mecanismos de controle

Formalização em processos administrativos, uso de sistemas de gestão e validação de etapas para prevenir falhas e irregularidades.

Conformidade técnica

Intervenções voltadas à adequação às normas técnicas vigentes e à preservação de edificações tombadas de alto valor histórico e simbólico.

3.7.6 Desafios e ações futuras



Restauro do Edifício-Sede

Contratação do projeto de intervenção em bem tombado: restauro integral do Edifício-Sede do STF, prevista para julho de 2026.

Berçário

Ampliação da área externa prevista para 2026.

Fases 2 e 3 do Museu

Obras da Fase 2 do Museu do STF, com previsão de conclusão para setembro de 2026, e da Fase 3 (externa), com previsão para setembro de 2027.

Facilities

Consolidação da contratação integrada de *Facilities*.

Elevadores

Continuidade à modernização integral e manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Anexo II do STF, com conclusão prevista para junho de 2027.

Energia ininterrupta

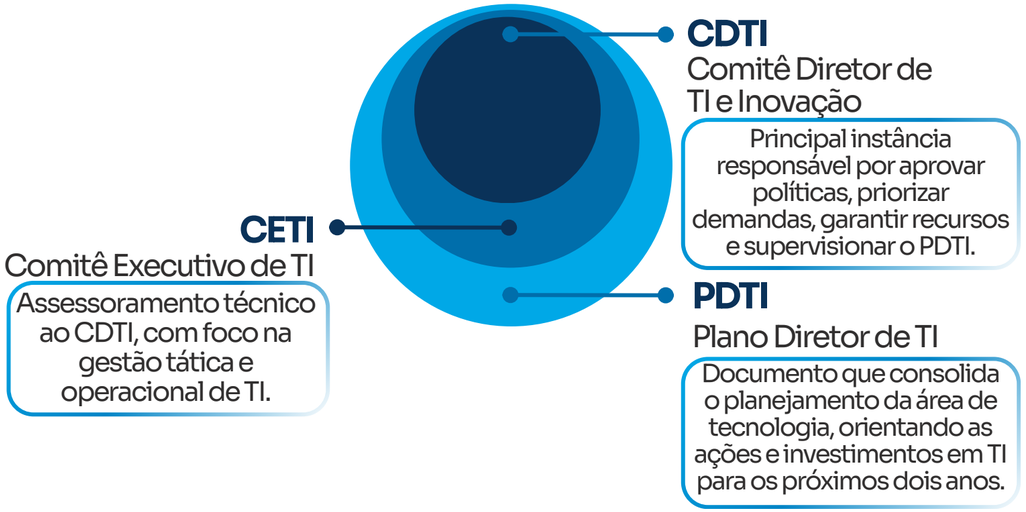
Atualização tecnológica dos sistemas de fornecimento de energia elétrica ininterrupta (*no-breaks*) de todas as edificações.

Fonte: Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial

3.8 Gestão de Tecnologia da Informação

3.8.1 Modelo de Governança de TI

O modelo é desenhado para garantir que a tecnologia apoie de forma eficaz os objetivos estratégicos do Tribunal. Ele se baseia em uma estrutura clara de papéis e responsabilidades, garantindo que as decisões de TI sejam tomadas de maneira informada e alinhada às prioridades institucionais.



CDTI
Comitê Diretor de TI e Inovação
Principal instância responsável por aprovar políticas, priorizar demandas, garantir recursos e supervisionar o PDTI.

CETI
Comitê Executivo de TI
Assessoramento técnico ao CDTI, com foco na gestão tática e operacional de TI.

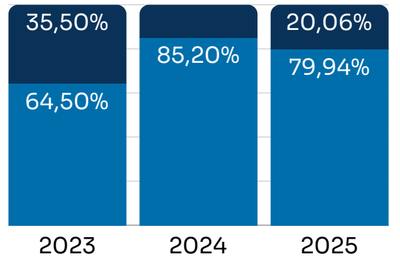
PDTI
Plano Diretor de TI
Documento que consolida o planejamento da área de tecnologia, orientando as ações e investimentos em TI para os próximos dois anos.

3.8.2 Recursos aplicados em TI

R$ 57.983.269,24 Total empenhado

R$ 46.352.055,89
Custeio

R$ 11.631.213,55
Investimento



Em 2025, o custeio representou 79,94% e o investimento 20,06%, mantendo a tendência de predominância de despesas recorrentes associadas à contratação de soluções como serviço, em detrimento da aquisição de licenças perpétuas e equipamentos. As despesas com investimento aumentaram 46% devido a aquisições de equipamentos para modernização da rede de transmissão de dados e de servidores de rede de alta performance para viabilizar a expansão da Inteligência Artificial no Tribunal ao fornecer capacidade computacional para processar grandes volumes de dados simultaneamente, com impacto direto na celeridade processual.

3.8.3 Contratações mais relevantes

- Atendimento de 1º e 2º níveis, manutenção de *hardware*, ativos de telefonia. — R$ 15.093.008,60
- Aquisição de equipamentos para modernização da rede de transmissão de dados — R$ 8.026.852,60
- Aquisição de servidores de rede de alta performance — R$3.432.624,00
- SERPRO Infovia (interconexão óptica) — R$ 2.342.623,80
- Solução de acesso remoto Security Service Edge (SSE) — R$ 1.727.330,40
- Subscrição da licença de *softwares* e serviços em nuvem baseados em modelagem BIM — R$ 1.081.504,44

Fonte: Secretaria de Tecnologia e Inovação e Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

3.8.4 Principais iniciativas e resultados

Destacam-se projetos com impacto direto na prestação jurisdicional, voltados ao STF-Digital, à Inteligência Artificial e à segurança da informação. No Objetivo Estratégico 2, os resultados impulsionaram a consolidação do STF-Digital nos gabinetes e a expansão da VitórIA para a classe Reclamações.

Área judicial

Novo Plenário Virtual
Centralização das tarefas em plataforma única, com ganhos de integração, celeridade, segurança, usabilidade e redução de erros.

Portal das Sessões
Unificação do acompanhamento de todas as sessões de julgamento com filtros de pesquisa, facilitando o acesso ao cidadão.

Processo sigiloso eletrônico
Eliminação do processo físico, aumento da segurança do trâmite e implantação do acesso eletrônico a processos sigilosos por advogados e partes

Gestão de acervo nos gabinetes
Disponibilização de ferramentas para acompanhamento em tempo real do acervo, aprimorando controle, distribuição interna, automação de fases e integração ao STF-Digital.

Inteligência Artificial

Melhorias no Projeto Victor
Elevação da acurácia na sugestão de temas para processos ARE/RE e aprimoramento da experiência do usuário no STF-Digital.

Módulo de apoio para redação com IA - MARIA
Apoio na geração de quase 3 mil ementas e de mais de 26 mil relatórios de Reclamação, contribuindo para maior padronização, celeridade e segurança na produção de minutas e na análise inicial dos processos.

Adição das classes ADI e ADPF na ferramenta vitórIA
Aumento da capacidade de agrupamento em processos de classes originárias, maior rapidez na análise de processos repetitivos.

Segurança da Informação

Resposta proativa a incidentes
Ampliação da visibilidade do ambiente, com maior capacidade de detecção e resposta a incidentes e automação por IA para agilizar procedimentos de cibersegurança.

Robustez validada por testes
Testes não identificaram vulnerabilidades que pudessem comprometer o sistema ou permitir acesso a informações.

Treinamento em normas de segurança
Fortalecimento da aderência às normas internas e da cultura de segurança cibernética.

Acesso remoto seguro
Redução da superfície de ataque e aumento da segurança do acesso remoto, com autenticação contínua e controles granulares para proteger usuários e dispositivos.

3.8.5 Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Transformação digital e serviços ao cidadão
- Portal de Serviços ao Advogado
- Novo sistema de indexação de jurisprudência
- Modernização do Portal do STF
- Consolidação de sistemas judiciais no STF-Digital
- Integração com serviços do CNJ

Inteligência Artificial e dados
- Priorização Inteligente de Pautas com IA para ranquear processos por relevância
- Portal de Dados Abertos
- Adoção de modelos LLM Open Source operando na infraestrutura física do STF

Infraestrutura e resiliência
- Expansão do uso da solução de acesso remoto seguro
- Substituição de equipamentos de rede
- Implantação de nova solução de cópias de segurança e recuperação de desastres
- Atualização de equipamentos obsoletos

Fonte: Secretaria de Tecnologia e Inovação

3.9 Programa STF +Sustentável

STF + SUSTENTÁVEL

O Programa STF + Sustentável reúne e promove projetos e ações de sustentabilidade ambiental e social no âmbito do Tribunal. As ações de sustentabilidade ambiental buscam reduzir os impactos das atividades institucionais sobre o meio ambiente, com foco na redução do consumo, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, bem como na compensação das emissões de gases de efeito estufa. As ações de sustentabilidade social, por sua vez, visam à valorização do capital humano, por meio de iniciativas voltadas à acessibilidade, à dignidade e ao bem-estar no ambiente de trabalho, elementos essenciais à promoção da saúde e da inclusão social.

Eixos do programa

Eixo 1 - Reduzir

Foca na redução dos impactos ambientais das atividades do STF, com ações como eliminação do uso de plástico, reuso de água, instalação de filtros, uso prioritário de etanol na frota e plantio de árvores.

Eixo 2 - Promover

Direcionado ao fortalecimento da sustentabilidade por meio de capacitações em sustentabilidade e contratações sustentáveis, além da revisão de processos de contratação e adoção de guias específicos para esse fim.

Eixo 3 - Humanizar

Visa valorizar o capital humano por meio da acessibilidade, inclusão e saúde mental no ambiente de trabalho, com ações como aumento da acessibilidade, ampliação da contratação de pessoas com deficiência e implementação de programas de saúde mental e bem-estar.

Impactos

O Programa STF + Sustentável aprimora a sustentabilidade socioambiental no Tribunal, fortalece a integração da Agenda 2030 da ONU às ações institucionais e amplia a eficiência no uso de recursos, com reflexos na redução de emissões de gases de efeito estufa. A iniciativa contribui para o fortalecimento da governança sustentável, para a disseminação de conhecimentos e boas práticas e para o aprimoramento do monitoramento e da transparência, além de aproximar o Tribunal da sociedade. Também promove inclusão, acessibilidade e valorização das pessoas, ao incentivar ações voltadas à igualdade de oportunidades, à dignidade e ao bem-estar no ambiente institucional. O programa mantém alinhamento com metas e objetivos da Agenda 2030, com destaque para o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), além de objetivos relacionados à inclusão, acessibilidade e sustentabilidade institucional.

ODS



Fonte: Secretaria de Relações com a Sociedade

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.9.1 Resultados do Programa STF +Sustentável

Eixo 1 – Reduzir

Projeto STF Carbono Zero

Recebimento do Selo Ouro (GHG Protocol)

Concedido pela FGV em reconhecimento à qualidade e à transparência dos inventários de emissões de gases de efeito estufa de 2023 e 2024, após auditoria externa independente e publicação dos dados no Registro Público de Emissões.

Compensação integral de emissões de GEE (2023 e 2024)

O STF firmou acordo para compensação integral das emissões de GEE de 2023 e 2024, em cumprimento à meta de neutralidade de carbono.

Energia limpa e eficiência energética e descarte correto

Implantação de usina fotovoltaica no Anexo II

Após aprovação do IPHAN, o STF se tornou o primeiro edifício da Esplanada com usina fotovoltaica em área tombada, implantada sem ônus em parceria com a Neoenergia, que entrou em operação em março de 2025.

Consórcio de energia renovável

Assinado acordo entre o STF, a Terracap e a CEB Par para criação de consórcio de geração compartilhada de energia, com previsão de implantação de usina fotovoltaica em área de 13 hectares no Catetinho, no Distrito Federal.

Descarte correto

Fortalecimento da gestão e do descarte correto de resíduos, com ações voltadas ao descarte de isopor (EPS), coleta de medicamentos para destinação adequada e instalação de máquina como ponto de entrega voluntária de recicláveis.

Eixo 2 – Promover

Governança e planejamento da sustentabilidade

Plano de Logística Sustentável (PLS)

Elaboração do novo PLS 2026–2031 e publicação da Resolução nº 889/2025, com integração ao Painel de Sustentabilidade, aprimorando a governança institucional por meio de planejamento orientado por metas e indicadores.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

A implementação do plano busca aprimorar a gestão dos resíduos gerados, em alinhamento à Política de Sustentabilidade, e representa avanço para uma gestão mais eficiente e sustentável.



Plano de Descarbonização

Documento que consolida diretrizes e ações voltadas à redução e à compensação das emissões de gases de efeito estufa com base nos inventários de emissões de 2023 e 2024.



Capacitação e educação ambiental institucional



Manual de Contratações Sustentáveis



Realização da 1ª Semana da Cultura DEF do STF



Campanha Descarte Certo (palestras e sensibilização)



Campanha Abril Azul (conscientização sobre TEA)



Curso de Libras

Fonte: Secretaria de Relações com a Sociedade

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão
SUMÁRIO

3.9.1 Resultados do Programa STF +Sustentável

Eixo 3 – Humanizar

Programa STF Sem Barreiras

STF SEM BARREIRAS

Melhoria de acessibilidade na Via S2

O STF concluiu as obras de adequação da entrada pela Via S2, com retirada de barreiras físicas, tornando o acesso mais seguro para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e facilitando o embarque e desembarque.

Canal para solicitação de assistência em visitas

Criação de canal no portal do STF para solicitação prévia de assistência em visitas, permitindo identificar com antecedência as necessidades de acessibilidade dos visitantes e aprimorar o acolhimento do público externo com necessidades específicas.

Banheiro para pessoas ostomizadas

A implantação do primeiro banheiro adaptado para pessoas com ostomia no STF ampliou a acessibilidade e o respeito à dignidade de pessoas com necessidades específicas, em iniciativa pioneira com potencial de referência para outros tribunais.

Programa de Estágio Afirmativo

Destinação mínima de 10% das vagas de estágio do STF a pessoas com deficiência, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, consolidando política permanente de inclusão e oportunidades profissionais.

Sala de regulação sensorial

Sala destinada a oferecer ambiente adaptado para servidores com deficiência, transtornos sensoriais ou necessidade de regulação emocional no contexto laboral.

Programa de Atenção Multiprofissional e Integrada à Saúde (PAMIS)

Reformulação do PAMIS, sucessor do PAPNE (Programa de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais), com atualização conceitual e normativa e manutenção do foco em acompanhamento técnico e apoio a tratamentos multidisciplinares e de longo prazo, com 24 pessoas acompanhadas em 2025.

Responsabilidade social



Campanha Vidro é Vida

Campanha de arrecadação de frascos de vidro para a rede de Bancos de Leite Humano do Distrito Federal, em apoio à alimentação de recém-nascidos, com 130 frascos arrecadados em 2025.

Atendimentos pelo SESC



Entre julho e agosto de 2025, o STF recebeu a unidade móvel OdontoSesc, em parceria com o SESC, com realização de 1.028 consultas e 1.843 procedimentos de saúde bucal, com taxa de conclusão de tratamento de 79,8% e arrecadação de recursos para custeio integral do tratamento de 20 colaboradores na campanha Contribua para um Sorriso Saudável.

Natal solidário



Em 2025, o STF promoveu campanha natalina com ações de adoção de cartinhas, arrecadação de cestas básicas e realização da Festa de Natal do Tribunal, fortalecendo vínculos institucionais, solidariedade, inclusão e apoio a colaboradores em situação de maior vulnerabilidade.

Programa de Ação Afirmativa para mulheres em situação de violência

Reserva de vagas em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra para mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social decorrente de violência doméstica e familiar, instituída pela Resolução nº 898/2025 e articulada com a SEJUS/DF, nos termos de Protocolo de Intenções celebrado.

Fonte: Secretaria de Relações com a Sociedade

3.9.2 Painel de sustentabilidade

O Painel de Sustentabilidade reúne dados sobre projetos e ações do STF voltados à redução de impactos ambientais, no âmbito do Programa STF +Sustentável. Organizado em sete seções, apresenta a gestão de recursos, metas de redução, ações adotadas e histórico anual de indicadores. A seguir, são apresentados dados extraídos do painel, acompanhados de informações complementares sobre gastos com limpeza e manutenção predial.

Consumo de água



2023	27.589 m3
2024	28.053 m3
2025	26.841 m3

Consumo de água

Consumo de impressão



2023	3.168.581 páginas
2024	3.348.024 páginas
2025	4.440.718 páginas

Consumo de impressão

Gestão de resíduos sólidos

Volume de resíduos descartados em aterro



2023	116,91 toneladas
2024	119,70 toneladas
2025	118,49 toneladas

Gestão de resíduos sólidos

Consumo de água envasada



2023	177.418 unidades
2024	25.151 unidades
2025	52.653 unidades

Consumo de água envasada

Consumo de papel



2023	5.095 resmas
2024	5.000 resmas
2025	4.669 resmas

Consumo de papel

Consumo de energia elétrica



2023	6.587.404 kWh
2024	7.209.604 kWh
2025	6.547.183 kWh

Consumo de energia

Consumo de combustível



2023	106.213 litros
2024	35.140 litros (etanol) 67.660 litros (gasolina)
2025	31.822 litros (etanol) 55.087 litros (gasolina)

Consumo de combustível

Informações complementares

Limpeza



2023	R$ 5.790.677,55
2024	R$ 7.067.985,49
2025	R$ 7.515.301,45

Manutenção predial



2023	R$ 7.753.473,79
2024	R$ 4.207.362,81
2025	R$ 12.084.818,65

Fonte: Secretaria de Relações com a Sociedade e Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Secretaria do Tribunal
Desdêmona Tenório de Brito

Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
Fernanda do Valle Azambuja

Redação e consolidação de conteúdo
Fernanda do Valle Azambuja
Haina Castro Rêgo

Projeto gráfico
Haina Castro Rêgo
Sâmella Vieira de Araújo

Diagramação
Fabrício Ricardo do Rêgo Alves e Silva
Gildeon de Sousa Paixão
Haina Castro Rêgo

Elaboração de ficha catalográfica
Andréia Cardoso Nascimento
Luiza Gallo Pestano

O Relatório de Gestão 2025 foi elaborado de forma coletiva e integrada, com a participação do corpo funcional e das unidades administrativas do STF, e coordenado pela Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade - AGC.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Relatório de gestão 2025 [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. -- Brasília : Supremo Tribunal Federal, 2026.
eBook (73 p. : il., gráfs., fots., gravs.)

Modo de acesso: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=transparenciaRelatorioGestao>

1. Tribunal supremo, atividades, Brasil, 2025. 2. Fachin, Luiz Edson, 1958-, relatório de gestão, 2025. I. Título.

CDDir-341.4191

RELATÓRIO DE GESTÃO

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2025

STF
GOVERNANÇA